



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

LINDALVA FERREIRA DO PRADO

**A OCUPAÇÃO IRREGULAR DE TERRAS NO
DISTRITO FEDERAL E O IMPACTO AMBIENTAL**

BRASÍLIA

2012

LINDALVA FERREIRA DO PRADO

**A OCUPAÇÃO DE TERRAS IRREGULARES NO
DISTRITO FEDERAL E O IMPACTO AMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Direito pela Faculdade de Ciências
Jurídicas e sociais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Márcia Dieguez Lauzinger

Brasília

2012

PRADO, LINDALVA FERREIRA

A ocupação Irregular de Terras no Distrito Federal e o Impacto Ambiental /

Lindalva Ferreira do Prado – Brasília: o autor, 2012.

63 f.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

1. Histórico da Ocupação de Terras no DF
 2. Ocupação Irregular de Terras E Regularização no DF
 3. O Impacto Ambiental Causado pela Ocupação de Terras no DF
- I. Título

LINDALVA FERREIRA DO PRADO

**A OCUPAÇÃO DE TERRAS IRREGULARES NO
DISTRITO FEDERAL E O IMPACTO AMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Direito pela Faculdade de Ciências
Jurídicas e sociais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Márcia Dieguez Leuzinger (orientadora), Dra.

Prof. Examinador

Prof. Examinador

Dedico esta monografia a meus pais pelo grande incentivo ao meu desenvolvimento intelectual e ao carinho e amor de toda uma vida.

Aos meus irmãos, Erlete, Gérson, Míriam e Jésus pelas presenças constantes e apoio em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, Gérson Prado e Erlete Prado, pela orientação com a pesquisa bibliográfica da presente monografia.

Às amigas, Adriana Shimoda e Izabel Oliveira, pelas correções oportunas.

De madeira lilás (ninguém me crê)
se fez meu coração. Espécie escassa
De cedro, pela cor e porque abriga
em seu âmago a morte que o ameaça.
Madeira dói?, pergunta quem me vê
os braços verdes, os olhos cheios de asas.
Por mim responde a luz do amanhecer
que recobre de escamas esmaltadas
as águas densas que me deram raça
e cantam nas raízes do meu ser.
No crepúsculo estou de ribanceira
Entre as estrelas e o chão que me abençoa
As nervuras.
Já não faz mal que doa
meu bravo coração de água e madeira.

Thiago de Mello

RESUMO

O processo de urbanização no Brasil foi responsável por graves problemas nas grandes cidades, como falta de moradia, infraestrutura precária, degradação ambiental, ocupação irregular de terras, entre outros. Brasília, apesar de ter sido inaugurada recentemente, já enfrenta as mesmas dificuldades causadas pela urbanização nas demais grandes cidades brasileiras. O tema proposto pela presente monografia visa discutir os problemas ambientais causados pela ocupação irregular de terras no Distrito Federal, tomando como ponto de partida o crescimento demográfico e urbano ocorridos desde a inauguração da nova capital brasileira. No Capítulo I, serão relatados os momentos históricos relevantes que permitiram a construção da cidade de Brasília, os ideais da mudança da capital do país, bem como a sua concretização. Será demonstrado porque houve o rápido crescimento populacional com a consequente necessidade de construção e inauguração das Regiões Administrativas que inicialmente não tinham sido previstas. O Capítulo II abordará a questão da ocupação irregular de terras no DF e o processo de regularização dessas áreas, além das causas e das consequências dessa ocupação. Por fim, o Capítulo III, afirmará a importância do bioma cerrado e principais características do ecossistema. Também, identificará as principais Unidades de Conservação da região e as possíveis alterações nos aspectos naturais causados pela ocupação humana, agravadas por loteamentos irregulares.

Palavras-chave: Loteamento. Degradação Ambiental. Condomínio. Bioma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NO DISTRITO FEDERAL	11
1.1 O Idealismo da Transferência da Capital	11
1.2 A Construção de Brasília	15
1.3 O Surgimento das Cidades Satélites – As Regiões Administrativas	18
2 OCUPAÇÕES IRREGULARES DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	25
2.1 As Invasões de Terras no Distrito Federal	25
2.2 Os Loteamentos Irregulares e a Especulação Imobiliária	29
2.3 A Regularização dos Loteamentos Clandestinos	31
3 O IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA OCUPAÇÃO DE TERRAS NO DISTRITO FEDERAL	37
3.1 A Importância do Cerrado e as Unidades de Conservação	37
3.2. As Unidades de Conservação do Distrito Federal	38
3.2.1 <i>Estação Ecológica</i>	39
3.2.2 <i>Reserva Biológica</i>	41
3.2.3 <i>Parques Nacionais</i>	41
3.2.4 <i>Floresta Nacional</i>	42
3.2.5 <i>Áreas de Proteção Ambiental – APA</i>	43
3.2.6 <i>Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE</i>	45
3.3 O Crescimento Populacional e Urbano no Distrito Federal	46
3.4 Principais Mudanças no Quadro Natural do Distrito Federal	49
3.5 Ocupações Irregulares do Solo e Impacto Ambiental	54
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Desde o advento da Revolução Industrial e o consequente surgimento e desenvolvimento das áreas urbanas no planeta, cresceu a procura por áreas que antes constituíam o espaço natural. Dessa forma, o meio ambiente natural foi cedendo lugar ao espaço transformado pelo homem. A preocupação com a preservação do meio ambiente e as consequências que a ocupação humana desenfreada pode causar só surgiu recentemente.

No Brasil, apesar de o processo de desenvolvimento industrial e a urbanização do país terem acontecido de forma tardia em comparação com as nações mais desenvolvidas do planeta, o meio ambiente já se encontra bastante alterado e ocupado de forma desorganizada, sem cuidados com a preservação. Assim, diversas cidades brasileiras já estão entre as mais urbanizadas do mundo e apresentam graves problemas ambientais.

Com pouco mais de cinquenta anos desde a inauguração, Brasília é atualmente uma das cidades mais densamente povoadas e urbanizadas do país. Da mesma forma, já se observam os graves problemas que assolam as demais grandes cidades do país como poluição, trânsito caótico, infraestrutura precária, má distribuição de rendas, miséria, falta de moradias, ocupação irregular de terras e outros.

É primordial que se tente entender por que o Distrito Federal que nos apresenta atualmente com os graves problemas urbanos, sociais e ambientais trilhou esse caminho, quais foram as principais causas e as consequências. Nesse sentido, é salutar que se procure apontar algumas soluções para que os problemas identificados não se avolumem ainda mais. Dessa forma, faz-se necessário tentar compreender se as ocupações de terras no Distrito Federal contribuíram de alguma forma para as mudanças no meio natural ao longo dos mais de cinquenta anos após a inauguração da capital do país.

Para maiores reflexões e tentativas de responder as indagações a respeito da ocupação de terras no Distrito Federal, as causas e as consequências

dessa ocupação para o meio ambiente do bioma cerrado, essa pesquisa se pautou em assídua consulta a obras de renomados autores que apresentam relevantes contribuições referentes ao tema proposto.

A pesquisa busca assim, apresentar o desenvolvimento da cidade a partir de muitos momentos históricos relevantes, a importância do bioma cerrado, as unidades de conservação ambiental presentes na área, o crescimento urbano e demográfico da cidade, bem como a ocupação irregular de terras no Distrito Federal.

Inicialmente, houve a necessidade de demonstrar historicamente como surgiu o ideal da construção de Brasília e a mudança da capital para o interior do país. Poder-se-á observar que esse ideal não é recente. Muitas figuras de destaque na história do país já defendiam essa ideia há mais de dois séculos.

A construção de Brasília também mereceu destaque para demonstrar como a cidade foi erguida em tempo recorde, com o consequente desmatamento do cerrado. Nesse contexto, houve a chegada de milhares de trabalhadores para a construção da cidade, o que contribuiu para o aumento do contingente populacional e a ocupação do solo de forma desordenada.

Como a região central do Plano Piloto não comportava essa população numerosa que não estava prevista, foram surgindo as várias Regiões Administrativas conhecidas como cidades satélites. A história do surgimento dessas várias regiões será brevemente relatada para melhor compreensão da atual situação.

Dando prosseguimento à pesquisa, será feita uma reflexão sobre o direito da propriedade e a função social com relação ao meio ambiente, princípios defendidos pela Constituição Federal. Nesse contexto, haverá abordagem sobre a existência dos condomínios irregulares no Distrito Federal, como os mesmos surgiram e como são regularizados. Será feita análise sobre a especulação imobiliária e sobre aqueles que são beneficiados com a regularização dessas áreas ocupadas.

Por fim, serão apresentadas as principais características do bioma cerrado e a importância para o meio ambiente. Serão identificadas as Unidades de

Conservação localizadas no Distrito Federal e as principais características. Ainda, serão verificadas como se deu o crescimento acelerado da população e que fatores contribuíram para esse fato. Proceder-se-á a explanação sobre as ocupações irregulares de terra na referida área e se estas contribuíram para algum tipo de impacto ambiental.

1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NO DISTRITO FEDERAL

A transferência da capital brasileira para o interior do país não foi uma ideia recente. Desde primórdios do século XVIII que já havia documentos com indícios que sugeriam essa transferência. Assim, serão demonstrados cronologicamente quais foram os principais eventos e sugestões de políticos e personagens históricas ao longo de diversos momentos para o surgimento dessa nova capital.

Após muitas discussões, polêmicas, previsões normativas, estudo científico e de campo que aconteceram por mais de duzentos anos, finalmente o candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), na década de 1950, abraçou a ideia da construção e transferência da capital na prática. Brasília, então, foi fundada sob a égide do ufanismo desenvolvimentista de JK.

Será feita uma viagem histórica sobre o ideal de transferência da capital, a construção de fato de Brasília, passando pela desapropriação de terras até a necessidade da criação das cidades satélites e regiões administrativas.

1.1 O Idealismo da Transferência da Capital

Desde meados do século XVIII que há relatos sobre o desejo da mudança e estudos científicos sobre a transferência da capital brasileira para o interior do país. Em 1751, o Marquês de Pombal manifestou essa possibilidade, realçando o valor estratégico do Planalto Central do país.¹ Já em 1810, o Chanceler Veloso de Oliveira advertiu o Príncipe Dom João VI sobre a conveniência da transferência da capital para um lugar de clima mais tranquilo e longe do tumulto das grandes multidões.²

¹ BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal – do Índigena ao Colonizador*. Brasília: Verano, 2000. p. 142.

² MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2010. p.03. “No Memorial enviado ao Príncipe regente Dom João VI, o Conselheiro e Chanceler Veloso de Oliveira advertiu para a conveniência de se mudar a capital para um lugar ‘são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas’.”

Um dos ideais de Tiradentes era a mudança da capital do país para o interior, embora defendesse essa transferência para Minas Gerais. A inauguração de Brasília, ocorrida em 21 de Abril, foi em sua homenagem.³

Outro político importante da nossa história a aderir às ideias da mudança da capital foi José Bonifácio de Andrade e Silva. Ele sugeriu que fosse criada uma cidade no interior do Brasil para que toda a corte brasileira residisse especialmente naquele lugar. Ainda sugeriu os nomes de Brasília ou Petrópolis para a nova cidade imperial.⁴

A imprensa teve, também, um papel preponderante nos ideais mudancistas da capital brasileira. O jornalista brasileiro Hipólito José da Costa, que se encontrava exilado na Europa, lançou uma campanha avassaladora, por meio de seus escritos no jornal *Correio Braziliense* em Londres, no período compreendido entre 1808 a 1822, nos quais defendia as vantagens da mudança da capital e enumerava os pontos negativos do Rio de Janeiro como centro administrativo do país. Suas ideias tiveram grandes repercussões e influenciaram muitas pessoas no Brasil, em Portugal e na Inglaterra.⁵

Após a Independência do Brasil, vários políticos defenderam e propuseram a criação de uma nova cidade e a transferência da capital, inclusive com projetos de lei. Foi o caso de Menezes Palmiro (1822), do Deputado João Cândido de Deos e Silva (1831) e do Senador Holanda Cavalcanti (1852) e de outros políticos e autoridades renomados da época.⁶

Talvez para confirmar a vocação mística da cidade, há uma lenda histórica sobre a interpretação do sonho do padre fundador dos Salesianos, Dom Bosco. Segundo relatos escritos da Ordem Religiosa da qual participava, o religioso tivera um sonho profético sobre o nascimento de uma cidade rica e próspera no Planalto Central da América do sul, localizada entre os paralelos 15º e 20º. Somente no início do século XX o sonho de Dom Bosco foi divulgado no Brasil,

³ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978. p. 19.

⁴ SILVA, Ernesto. *História de Brasília: Um Sonho, Uma Esperança, Uma Realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999. p. 73.

⁵ VASCONCELOS, Adirson. op. Cit, p. 19.

⁶ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (cordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2010. p. 04.

havendo grande repercussão no meio político e na imprensa e até mesmo entre os fiéis católicos.⁷

A partir da Proclamação da República no Brasil, várias Constituições traziam em seu bojo artigos que previam a construção e a mudança da capital para o interior do país. A primeira Constituição Brasileira da República (1891), com a emenda do Senador Virgílio Damásio e do Deputado Lauro Müller, previa, em seu artigo 3º, que uma área com cerca de 14.400 Km (quatorze mil e quatrocentos quilômetros) seria demarcada no Planalto Central Brasileiro, entre os paralelos 15º e 20º, para a construção da futura capital brasileira. A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 4º, também previa a transferência da capital. A Constituição de 1946, igualmente confirmava a tese mudancista.⁸

Vários estudos e viagens exploratórias foram propostas e levadas a efeito com o intuito de relatar as condições naturais, demarcar a região e apontar a viabilidade da nova capital. A primeira viagem exploratória no Planalto Central foi determinada pelo Presidente Floriano Peixoto, em cumprimento à decisão do Congresso e da Constituição de 1891. Essa missão foi entregue a um cientista de grande renome no Brasil e no exterior, o belga residente no Brasil, Luíz Cruls. A chamada Missão Cruls, que não contava com as facilidades e tecnologias do mundo moderno, foi cercada de um planejamento bastante rigoroso e de uma equipe bem preparada de cientistas competentes de diversas áreas. Essa viagem exploratória partiu do Rio de Janeiro, em 1892, e durou cerca de 18 meses. Luiz Cruls e sua equipe estudaram, demarcaram a área e fizeram importantes relatos escritos com informes científicos sobre a região, com detalhes sobre a fauna, o solo, o clima e a flora. Pela primeira vez foi confeccionado um mapa do Brasil que continha um retângulo que seria o futuro Distrito Federal, o chamado Quadrilátero Cruls. O sucesso incontestável da Missão Cruls resultou na criação de uma comissão de estudos da nova capital da União.⁹

⁷ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978. p. 75.

“Entre o grau 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partia de um ponto onde se formava um lago.”

⁸ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2010. p. 05.

⁹ VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 79.

Em comemoração ao Centenário da Independência, em 1922, foi lançada a pedra fundamental da futura capital brasileira nas cercanias de Planaltina, depois de muitas discussões e polêmicas entre os vários seguimentos de políticos brasileiros que representavam os próprios interesses regionais. Apesar das muitas controvérsias geradas, esse fato representou um marco importante para a concretização dos anseios mudancistas.

Nos primeiros anos do governo Getúlio Vargas não havia grandes interesses na transferência da capital para o interior do país. Somente no final do governo foi discutido o assunto e foram tomadas decisões a respeito da referida mudança, inclusive com previsão constitucional. Assim, em 1948, uma nova missão exploratória, sob a presidência do Marechal Djalma Polli Coelho, indica em relatório a localização espacial para a escolha do local para a nova capital. A escolha recai sobre o mesmo território indicado pela Missão Cruls, em 1822.¹⁰

Após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o Presidente Café Filho nomeia uma Comissão de Planejamento e Coordenação da Mudança da Capital Federal. Essa comissão contrata uma empresa para fazer fotografias aéreas de toda a área pesquisada na missão exploratória de 1948 com posteriores estudos de fotoanálise e fotointerpretação de cientistas americanos para a escolha da melhor área para a construção da capital.¹¹

Outra figura política da época (1955) que teve papel preponderante para a realização da construção da futura capital brasileira foi o governador de Goiás José Ludovico de Almeida. Como o Presidente Café Filho se recusou a desapropriar o território escolhido pela missão exploratória de 1948, conforme a orientação do Marechal José Pessoa, este procurou o governador de Goiás. Então, José Ludovico se adiantou ao Governo Federal, criando uma Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. A primeira medida tomada foi a desapropriação da Fazenda Bananal, local onde hoje está construída a cidade de Brasília.¹²

¹⁰ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 81.

¹¹ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978. p. 326.

¹² MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. *Op cit*, p.84.

Segundo Juscelino Kubitschek, até a campanha eleitoral para a Presidência da República, não tinha pensado profundamente sobre o tema da mudança da capital. Mas, quando perguntado sobre o assunto por um eleitor goiano, a ideia da construção da nova capital foi abraçada por ele. Eleito, quando assumiu a Presidência da República, construiu Brasília e a inaugurou em 21 de abril de 1960.¹³

1.2 A Construção de Brasília

A Brasília que o Brasil e o mundo conhecem, merecedora de elogios por causa da obra arquitetônica e urbanista moderna e arrojada, foi construída em tempo recorde e à custa de muito trabalho, desmatamento e da promessa de um futuro brilhante e de muito sucesso para os aqui se encontravam e que construiriam a cidade.

O ano da posse do Presidente Juscelino Kubitschek, 1956, foi intenso e movimentado. Os fatos aconteciam em um ritmo tão célere que todos acreditavam que estava se concretizando a promessa eleitoral de JK: desenvolver o país cinquenta anos em cinco. A animação, o orgulho e a sensação de vitória eram contagiantes.

Mesmo após Juscelino Kubitschek assumir o comando da nação, em 1956, o governo de Goiás não esperou as decisões federais e continuou o processo de desapropriação de terras para a construção da futura capital. Assim foram desapropriadas as fazendas Guariroba, Riacho Fundo, Tamanduá, Vicente Pires e Taguatinga, em maio de 1965, e no mês de junho do mesmo ano, a Fazenda Gama. Até 1958, foram ampliadas as aquisições de outras propriedades rurais.¹⁴

Porém, o Governo Federal não ficou inerte por muito mais tempo. Logo assumiu a responsabilidade pela aquisição de terras e tomou medidas efetivas

¹³ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 08.

“A pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e, em nenhuma parte dele, existia qualquer referência àquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: ‘Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a sede do governo.’”

¹⁴ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978. p. 346.

para tornar realidade a construção de Brasília. Em maio de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso Nacional a chamada “Mensagem de Anápolis”, na qual se propõe a criação da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). A NOVACAP seria uma empresa responsável pelo controle das terras, o planejamento e execução das obras, o desenvolvimento de contratos e licitações e a aquisição dos materiais necessários de construção, enfim, por tudo que fosse essencial para a construção da cidade.¹⁵

Ernesto Silva, militar e homem da confiança do Presidente, teve um papel preponderante na construção de Brasília. Foi uma figura bastante enaltecida e foi considerado um dos grandes pioneiros, tendo, inclusive, mais tarde, escrito um livro sobre as suas desventuras na capital federal.¹⁶ Foi designado como Diretor Administrativo da NOVACAP e visitou Brasília várias vezes durante o período de construção, mesmo antes do Presidente Juscelino Kubitschek e seus ministros. De início, foi o responsável direto pela obra e a construção da cidade.¹⁷

Em 19 de novembro de 1956, Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 2874, proposta pelo Congresso Nacional e aprovada pelo Senado, que cria o nome “Brasília” para a nova cidade e dispõe sobre a transferência da capital.

Foi lançado um concurso para a escolha do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em setembro de 1956, e em 16 de março de 1957 foi divulgado o resultado. O projeto escolhido como vencedor foi o de Lúcio Costa, urbanista de renome no Brasil e no exterior e um dos homens de confiança de Juscelino Kubitschek.¹⁸

Em outubro de 1956, Juscelino Kubitschek visitou as terras onde Brasília seria construída, acompanhado dos ministros de Estado, do governador de Goiás e dos principais responsáveis pela construção da cidade. Depois de se

¹⁵ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2010. P. 06.

¹⁶ SILVA, Ernesto. *História de Brasília: Um Sonho, Uma Esperança, Uma Realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

¹⁷ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 85.

¹⁸ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. Op. Cit. P.08.

“O projeto que melhor integra os elementos monumentais no cotidiano da cidade como capital federal, apresentando composição coerente, racional, de essência urbana, uma obra de arte, é o 22, de Lúcio Costa.”

informar sobre detalhes a respeito da construção, deu um prazo de três anos e meio a Israel Pinheiro¹⁹ para que concluísse as obras da construção de Brasília. Esse prazo foi cumprido rigorosamente.

O ano de 1957 também foi bastante movimentado. O Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei que fixava a data de 21 de abril de 1960 para a transferência da capital para o planalto central. Foi nesse ano que houve a transferência para a União de 30.933 (trinta mil, novecentos e trinta e três) alqueires de terras goianas para a construção da nova capital. Foi construído e inaugurado o aeroporto, o qual recebeu o Presidente e políticos importantes da época. Nesse ano, também, foi celebrada a primeira missa em Brasília e foi inaugurada a Ermida Dom Bosco, primeira construção de alvenaria da cidade.²⁰

Brasília, então, se tornou um gigantesco canteiro de obras. Chegaram ao Distrito Federal caravanas com milhares de trabalhadores de todos os recantos do país, especialmente dos estados nordestinos, para realizar um sonho de mais de duzentos anos e os seus próprios anseios de encontrar, enfim, o lugar que lhes daria dignidade para viver.

Um fato curioso e interessante aconteceu com relação ao Lago Paranoá. Este lago foi construído artificialmente para tentar amenizar o clima seco de Brasília. As águas foram desviadas do Rio Paranoá por meio de uma barragem para preencher o lago. Havia um jornalista e engenheiro conhecido como Gustavo Corção que fazia severas críticas à construção da nova cidade nos editoriais jornalísticos que escrevia. Nos artigos, dizia que o lago nunca encheria. No entanto, o Presidente Juscelino Kubitschek ficou silente e nunca respondeu a essas críticas. A vingança chegou exatamente no dia em que o lago recebeu as águas do Rio Paranoá. O Presidente mandou-lhe um telegrama com apenas duas palavras: “Encheu, viu?!”.²¹

¹⁹ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 85.

“Engenheiro, deputado Federal, primeiro presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, responsável pela construção de Brasília.”

²⁰ BRASÍLIA, a Capital do Século 21. *Correio Braziliense*. p. 2-3. abril 2011.

²¹ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p.291.

No ano da inauguração da nova capital, 1960, outras obras foram concluídas e inauguradas como o Cine Brasília, o prédio do Tribunal de contas do Distrito Federal e o colégio CASEB, primeira escola de Ensino médio no Distrito Federal.²²

Brasília foi inaugurada com festas de grande participação popular e a presença de autoridades brasileiras e estrangeiras em 21 de abril de 1960. Após a Inauguração, houve, ainda, a continuidade de diversas obras importantes. Era o cerrado natural dando lugar às obras arquitetônicas criadas pelo homem. Nos anos seguintes, foram criados o Parque Nacional de Brasília, a Universidade de Brasília (UnB), a Torre de TV, a Catedral, o Palácio do Itamaraty e outros.²³ A cidade, enfim, tornou-se uma realidade. Nos anos que seguiram, mesmo nos mais de vinte anos de ditadura militar, Brasília se consolidou como capital do país. Assim, apesar das críticas, Brasília hoje representa um importante fator de integração nacional.

1.3 O Surgimento das Cidades Satélites – As Regiões Administrativas

A capital do Brasil foi planejada para ser ocupada por cerca de quinhentos mil habitantes. Os governantes, arquitetos, urbanistas e demais planejadores imaginavam uma cidade ocupada por políticos, funcionários públicos, militares e seus familiares. Mas a realidade foi bem diferente.

Os milhares de trabalhadores que aqui chegaram para construir a cidade foram ficando raízes e fixando residência nos vários recantos do Distrito Federal. A partir daí, o processo migratório continuou intenso e acelerado.

No decorrer dos anos que se seguiram até os dias atuais, mais pessoas foram chegando ao Distrito Federal à procura de melhores condições de vida. Assim, foram surgindo as diversas localidades em torno do centro de Brasília, as chamadas Cidades Satélites. Oficialmente, essas cidades são denominadas de Regiões Administrativas. Quando da inauguração de Brasília, existiam apenas

²² BRASÍLIA, a Capital do Século 21. *Correio Braziliense*. p. 2-3. abril 2011.

²³ BRASÍLIA, a Capital do Século 21, *ibidem*.

quatro Cidades Satélites.²⁴ Atualmente o Distrito Federal conta com trinta Regiões Administrativas.

Cada Cidade Satélite ou Região Administrativa possui uma história peculiar sobre o seu surgimento. O que provavelmente essas cidades tenham em comum é o fato de terem surgido em torno de aglomerados urbanos de trabalhadores que já não tinham condições de habitarem em torno do Plano piloto de Brasília e de terem surgido sem qualquer planejamento, ao contrário da própria capital.

A seguir será relatado brevemente o surgimento das principais e mais conhecidas Cidades Satélites de Brasília, em ordem cronológica de reconhecimento oficial.

A Região Administrativa de Planaltina (RA VI) é a mais antiga das Cidades Satélites. Surgiu bem antes de Brasília. Em 1859, era um povoado localizado ao longo da estrada que ligava o Estado da Bahia ao Estado de Goiás. Fundou-se com a denominação de Mestre D' Armas. Em 1910, recebeu uma nova denominação de Altamir e, em 1917, recebeu o nome definitivo de Planaltina. Ganhou grande destaque nacional na época das expedições exploratórias para a escolha do terreno onde seria construída a futura capital. A partir da construção e inauguração da cidade, parte do seu território passou a fazer parte do Distrito Federal e, atualmente, passou a ser denominada de Região Administrativa de Planaltina, e a outra parte do território continuou no Estado de Goiás, com o nome de Planaltina de Goiás.²⁵

Brazlândia (Região Administrativa IV) já existia antes de Brasília. A sua subprefeitura foi criada em junho de 1933. O nome Brazlândia se deve à família mais numerosa da localidade, os Brás. É a maior colônia de japoneses do Distrito Federal. É essencialmente agrícola, abastecendo mais da metade do Distrito Federal

²⁴ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978. p. 126.

²⁵ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 214.

com a produção. As nascentes do Rio Descoberto nascem nessas terras e abastecem a maior parte do Distrito Federal com água potável.²⁶

O Núcleo Bandeirante (Região Administrativa VII) foi a primeira cidade de fato criada no Distrito Federal. Ela surgiu da necessidade de abrigar e dar apoio aos trabalhadores que construíram a capital. Seria uma espécie de núcleo habitacional provisório que pudesse contar com a ajuda da iniciativa privada. Então, naquele local surgiram diversos ramos comerciais como padarias, pequenas mercearias, restaurantes e outros assemelhados. Era uma área provisória que depois da construção de Brasília seria desativada. Os populares chamavam essa localidade de “Cidade Livre”, mas ela foi batizada de Núcleo Bandeirante. Aos poucos a “Cidade Livre” foi crescendo de forma tão desordenada que não havia mais como as autoridades públicas controlarem a sua transformação em um centro urbano. Antes mesmo da inauguração de Brasília, o Núcleo Bandeirante já contava com agências bancárias, açougues, escolas, igrejas, hospital, padarias, farmácias, mercados, empresas de transportes, cinemas, feiras, agências de automóveis e, até mesmo, uma zona boêmia.²⁷

Com a inauguração de Brasília, a pressão foi muito forte para que as pessoas se transferissem para o Gama ou Taguatinga e, também, esperava-se que muitos dos trabalhadores retornassem para os Estados de origem, o que não aconteceu. Mas o povo resistiu, se organizou para a fixação do Núcleo Bandeirante como cidade. No governo de Jânio Quadros, em 1961, depois de muita luta, foi assinada a Lei 4020, assegurando a permanência e a fixação do Núcleo Bandeirante como cidade. Foi a única cidade satélite do Distrito Federal criada por força de Lei do Congresso Nacional e sancionada por um Presidente da República.²⁸

A Região Administrativa de Taguatinga (RA III), atualmente uma das cidades satélites mais desenvolvidas e urbanizadas do Distrito Federal, foi fundada

²⁶ BRAZLÂNDIA. Brasília. 2011. Disponível em <[HTTP://www.brazlandia.df.gov.br](http://www.brazlandia.df.gov.br)> Acesso em 25 de Ago. 2011.

²⁷ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 225.

²⁸ SANTOS, Eustáquio, Menezes y Moraes e Terezinha Pantoja. *Audácia, Perseverança e Fé: A Epopéia do Núcleo Bandeirante*. Brasília: Editoração Getúlio Oliveira. p.67.

em terras do município de Luziânia-GO, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília, em cinco de junho de 1957.²⁹

A Candangolândia (Região Administrativa XIX) também foi uma das cidades que surgiram antes da inauguração de Brasília. A data da criação é três de novembro de 1959. Ela surgiu com a necessidade da construção de galpões da NOVACAP para abrigar a sede da empresa, caixa forte para pagamento do salário dos funcionários e trabalhadores, postos de saúde, hospital, posto policial, restaurantes, escolas para os filhos dos pioneiros e residências para as equipes técnicas e administrativas.³⁰

A criação da Região Administrativa de Sobradinho (RA V) se deu em treze de maio de 1960 nas terras que abrangiam a Fazenda Sobradinho, próximas a Planaltina.³¹

A Região Administrativa do Gama (RA II) foi criada em doze de Outubro de 1961, nas terras pertencentes à Fazenda Gama. Há informação de que a planta escolhida para a cidade do Gama concorreu ao concurso para a escolha do Plano Piloto de Brasília e ficou em segundo lugar. Essa planta tem a forma de uma colmeia.³²

A Região Administrativa do Guará (RA X) foi criada em cinco de maio de 1968. A denominação se deve ao Córrego Guará, que corre nessa área e que recebeu esse nome em homenagem ao lobo Guará, animal comum do Cerrado Brasileiro.³³

No Governo de Hélio Prates da Silveira, em 1971, foi organizada uma Comissão para Erradicação de Favelas, que criou uma Campanha para a Erradicação de Invasões (CEI). Foram removidos moradores da Vila do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, além dos morros do Querosene,

²⁹ MOUSINHO, Ronaldo Alves. *Taguatinga: História e Cultura*. Brasília: ATL Editora, 2005. p.20.

³⁰ KUBITSCHEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 171.

³¹ SILVA, Ernesto. *História de Brasília: Um Sonho, Uma Esperança, Uma Realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999. p. 81.

³² MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 07.

³³ VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p.140.

Urubu, Placa das Mercedes e do Curral das Éguas. Assim surgiu a Região Administrativa da Ceilândia (RA IX).³⁴

Em vinte e cinco de outubro de 1989, foi inaugurada a Região Administrativa do Paranoá (RA VII). No entanto, já tinha sido criada como cidade em 10 de Dezembro de 1964, pela Lei 4545. Com o objetivo de preservar o antigo acampamento da vila, este local tornou-se área de preservação ambiental, o atual Parque Urbano Vivencial.³⁵

Em 1989, surgiu a Região Administrativa de Samambaia (RA XII) com a intenção de abrigar pessoas que migraram de outras regiões do país. Segundo os críticos, a iniciativa não passava de uma jogada eleitoral.³⁶

A fundação do Cruzeiro remonta a 1959. Mas a criação oficial da Região Administrativa do Cruzeiro (RA XI), apenas ocorreu em outubro de 1989, porque até então a área fazia parte da Região Administrativa I, a mesma de Brasília.³⁷

A história do Riacho Fundo II (RA XXI) começa quando o governo do Distrito Federal decidiu erradicar a invasão existente no Setor de Indústria e Abastecimento – SAI, conjugado ao Riacho Fundo I. E a Região Administrativa do Riacho Fundo (RA XVII) foi criada a partir do Programa de Assentamento de Terras Públicas. O Córrego Riacho Fundo foi a inspiração para os nomes das cidades.³⁸

A Região Administrativa do Recanto das Emas (RA XV) foi criada em 1993, com o intuito de atender ao Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal. Na localidade havia um sítio chamado Recanto, onde viviam muitas emas, animal típico do cerrado. Daí a origem do nome da cidade.³⁹

³⁴ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 227.

³⁵ VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Gráfica e Editora Independência LTDA, Brasília, p. 341, 1978.

³⁶ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de, op. Cit., p. 228.

³⁷ VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. Editora Ática, São Paulo, p. 140, 1996.

³⁸ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 05.

³⁹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.recanto.df.gov.br.> Acesso em 25 ago. 2011.

Em 1993, a Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII) surgiu para atender ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda em área semiurbanizada. O nome foi inspirado no Córrego Santa Maria.⁴⁰

São Sebastião (Região Administrativa XIV) também foi criada em 1993, e surgiu da instalação de várias olarias para atender à demanda da construção civil. Seu nome foi em homenagem a um dos comerciantes da região, o “seu Sebastião”. Devido à localização privilegiada, é uma área de bastante atração populacional.⁴¹

Os Lagos Norte (Região Administrativa XVIII) e Sul (Região Administrativa XVI) foram desmembrados da Região Administrativa de Brasília (RA I). Todavia, continuam sujeitos às diretrizes urbanísticas estabelecidas para Brasília.⁴²

Outras regiões administrativas foram criadas mais recentemente, como: Região Administrativa do Varjão (RA XXIII), Região Administrativa Sudoeste/Octagonal (RA XXII), Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA (RA XXV), Região Administrativa do Setor de Mansões Park Way – SMPW (RA XXIV), Região Administrativa de Águas Claras (RA XX), Região Administrativa do Jardim Botânico (RA XXVII), Região Administrativa do Itapoã (RA XXVIII), Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA (RA XXIX) e Região Administrativa de Vicente Pires (RA XXX).⁴³

Assim, observa-se que desde o início da construção da capital, o crescimento demográfico do Distrito Federal e do entorno dessa Unidade da Federação foi bastante acelerado e intenso. Uma das grandes consequências dessa verdadeira explosão demográfica foi a apropriação dos recursos naturais sem o mínimo de controle por parte das autoridades, gerando graves problemas ambientais. Outra consequência preocupante foi a ocupação irregular dos solos para a construção de moradias, o que pode causar não só danos ambientais aos recursos

⁴⁰ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de (coordenação). *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010. p. 05.

⁴¹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília. 2011. Disponível em <[HTTP://www.saosebastiao.df.gov.br](http://www.saosebastiao.df.gov.br)> Acesso em 25 em ago. 2011.

⁴² MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. op. Cit. P. 04.

⁴³ MENDONÇA, Luiz Ribeiro de, ibidem.

naturais, mas, também, ao patrimônio urbano e cultural, como veremos nos capítulos que se seguem.

2 OCUPAÇÕES IRREGULARES DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Desde o início de sua construção, a capital brasileira se tornou um importante polo de atração demográfica. Com o decorrer do tempo, essa atração populacional só aumentou. Outros fatores contribuíram para tal fato. Com a redemocratização do país e o processo eleitoral, surgiram vários políticos com discurso populista de distribuição de moradias, o que aumentou ainda mais o fenômeno migratório.

O *déficit* habitacional é um problema que atinge o país como um todo e tornou-se emblemático no Distrito Federal. As ocupações de terras irregulares aumentaram com invasões de terras públicas e o surgimento dos chamados condomínios ilegais. Aproveitando-se da situação, a especulação imobiliária tornou-se uma atividade corriqueira.

2.1 As Invasões de Terras no Distrito Federal

A Constituição Federal de 1988⁴⁴ foi inovadora ao garantir o direito ao meio ambiente sadio e preservado para a atual e as futuras gerações. A Constituição garante, também, o direito à propriedade. Mas esse direito não é absoluto. Não existe a função social sem os cuidados necessários ao meio ambiente⁴⁵. O direito à propriedade deve ser vinculado à respectiva função social. Não só a Constituição Federal faz referência à função social da propriedade, como também, o Código Civil brasileiro no § 1º do artigo 1228.⁴⁶ O direito à propriedade e a preservação do meio ambiente não devem ser considerados como divergentes, mas há que se buscar a harmonização entre esses direitos fundamentais assegurados pela Carta Magna.⁴⁷

⁴⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <HTTP://WWW.planalto.gov.br.> Acesso em: 24 abr. 2011.

⁴⁵ CAMPOS JÚNIOR, Raimundo Alves de. *O Conflito Entre o Direito de Propriedade e o Meio Ambiente*. Juruá, Curitiba, p. 141, 2004.

⁴⁶ BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 11 janeiro 2002.

⁴⁷ CAMPOS JÚNIOR, op. Cit, p. 142.

É importante salientar que o princípio da função social da propriedade pode ser considerado como um megaprincípio, que poderá englobar os princípios da propriedade privada, da defesa do meio ambiente, dos valores sociais do trabalho, entre outros.⁴⁸

Assim, pode ser observado que esse preceito constitucional relevante em nosso país deve se pautar pelo respeito às normas ambientais e urbanas, bem como da conscientização da população e dos órgãos governamentais.

Contudo, a ocupação irregular de terras, principalmente em área de preservação ambiental, é um problema corriqueiro no Brasil. O parcelamento do solo para fixação de moradias à revelia do Poder Público é muito comum no país, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Com vistas a amenizar a situação e obter maior controle sobre a ocupação do solo, foi editada a Lei nº 6.766/79 que regulamenta o parcelamento do solo urbano.⁴⁹

Como não há por parte das autoridades competentes um controle eficiente sobre a legislação que trata do parcelamento dos solos, crescem no país incontáveis loteamentos clandestinos edificados sem a observância de critérios urbanísticos, legais e ambientais. Esse fenômeno é originário da intensificação do êxodo rural e do crescimento desordenado da periferia urbana das grandes cidades.⁵⁰

No Distrito Federal, a ocupação irregular de terras ganha contornos alarmantes. As invasões de terras não ficam restritas à área central de Brasília. Atualmente, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal e no entorno ocorrem invasões irregulares do solo.

⁴⁸ FIGUEIREDO, Guilherme José purvin de. *A Propriedade no Direito Ambiental: A Dimensão Ambiental da Função Social da Propriedade*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2004. P. 93.

⁴⁹ A Lei nº 6.766/79, também chamada de Lei Lemann, sua alteração foi promovida pela Lei nº 9.785/99.

⁵⁰ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. p.82.

Podemos identificar dois grupos de invasores de terras: aqueles que se dizem excluídos e querem apenas um pedaço de terra para morar e aqueles que estão procurando o lucro fácil, os chamados grileiros.⁵¹

Existem em todo o Distrito Federal, além dos loteamentos irregulares, os assentamentos informais, que são criados diretamente pelos moradores. Esses assentamentos geralmente podem ter origem em ocupações individuais, que se agrupam ao longo do tempo ou, até mesmo em ocupações coletivas, organizadas por associações ou movimentos sociais, às vezes com o apoio de certos políticos oportunistas. Em relação à gestão do território, os ganhos eleitorais de alguns políticos com a ocupação irregular de terras por população de baixa renda é uma realidade. Por outro lado, as associações de moradores das localidades irregulares de classe média adotam o direito a moradia como *slogan* político para legitimar ações de regularização dos próprios condomínios. Um dos políticos que mais obteve ganhos políticos com a ocupação de terras no Distrito Federal foi o ex-governador Joaquim Roriz. Outro exemplo significativo foi o do ex-deputado Distrital Pedro Passos, que foi condenado pela Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) a dois anos de reclusão em regime aberto em junho de 2009 por crime de parcelamento ilegal do solo. Outro aliado de Roriz que foi preso pela Polícia Federal em 10 de julho de 2009 foi o ex-deputado distrital José Edmar de Castro Cordeiro, acusado de envolvimento com ações de parcelamento irregular do solo, crimes contra o meio ambiente, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, estelionato, corrupção, ameaças e formação de quadrilha.⁵²

Há ainda aquelas invasões realizadas por pessoas de baixíssima renda. É bastante comum observarmos em várias localidades do Distrito Federal, até mesmo em áreas centrais da Região Administrativa de Brasília, barracas construídas com lonas plásticas ou papelões. Há a impressão que essas pessoas estão testando as autoridades públicas com o intuito de esperar para ver que medidas serão tomadas e o que elas poderão ganhar com aquilo.

⁵¹ VALLADARES, L. P. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. P.45.

⁵² PINTO, Victor Carvalho. *Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal*. Disponível em: <[HTTP://www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). > Acesso em: 06 de Nov. 2011.

Muitas dessas ocupações irregulares ocorrem em áreas de preservação ambiental, o que compromete os recursos naturais da região e desrespeita a legislação existente, como, por exemplo, a ocupação de terras na Área de Proteção Ambiental São Bartolomeu. As autoridades se tornam inoperantes diante da realidade. Além do mais, a participação do Estado na urbanização do Distrito Federal é relevante, tanto como provedor de terras como de equipamentos urbanos.⁵³

Como essas ocupações do solo são irregulares, geralmente não possuem o apoio governamental oficial e, como consequência, não vêm equipadas com a infraestrutura adequada, como serviços de coleta de lixo, energia elétrica, fornecimento de água potável, esgotos, asfaltamento e outros.

Dessa forma, além do impacto ambiental aos recursos naturais podem essas ocupações, também, comprometer o meio ambiente urbano, tornando ainda mais precários os serviços públicos de atendimento à população. A situação se agrava ainda mais se for observado que Brasília foi considerada como Patrimônio Cultural da Humanidade e que, nos seus primórdios, não foi planejada para abrigar população tão numerosa e, muito menos, para sofrer tantas modificações no meio ambiente, tanto natural como urbano e cultural. Assim, pode-se concluir que a função social da propriedade prevista na Constituição Federal, no Código Civil e nas demais normas infraconstitucionais vem sendo desrespeitada de forma contumaz.

Entretanto, existe mesmo um conflito entre preservação ambiental e moradia? Trata-se de um falso problema: são valores e direitos sociais constitucionalmente protegidos, que tem a mesma raiz conceitual, qual seja, o princípio da função socioambiental da propriedade. O desafio, então, é compatibilizar esses dois valores e direitos dentro das possibilidades que a realidade apresenta. O que deve ser compreendido é que na ordem jurídica brasileira, quando valores constitucionais forem incompatíveis e um tiver que prevalecer sobre o outro, medidas concretas têm que ser tomadas para mitigar ou compensar o bem afetado. É crucial que o Estado e a população reconheçam que a promoção da regularização dos assentamentos informais é um direito coletivo, condição de enfrentamento do

⁵³ CIDADE, L. C. F. *Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais*. In: PAVIANI, A. e GOUVÊA, L. A. de C. (org.) *Brasília: Controvérsias ambientais*. Brasília: EdUnB, 2003. p. 173.

enorme passivo socioambiental criado ao longo do tempo. É preciso que se tomem todas as medidas necessárias para a total reversão do atual modelo de crescimento urbano segregador e poluidor, de tal forma que essas localidades possam se tornar cidades ecológicas e sustentáveis do ponto de vista socioambiental.⁵⁴

2.2 Os Loteamentos Irregulares e a Especulação Imobiliária

No Brasil, como um todo, cresce a cada ano a procura por loteamentos irregulares. Muitos se aproveitam das dificuldades do Poder Público em controlar as irregularidades da ocupação de terras para obterem vantagens econômicas por meio da especulação imobiliária.

As principais causas da ocupação irregular de terras no Distrito Federal podem ser explicadas pela ocorrência da população que não é atendida pelo mercado imobiliário, tornando-se um grave problema social. Não há, por parte das autoridades, política pública que atenda satisfatoriamente à população carente no que concerne à habitação social. Por outro lado, há a expectativa daqueles que procuram conquistar um espaço, não propriamente para moradia, mas para ser valorizado e alugado ou revendido posteriormente, gerando lucros. Há ainda aqueles que, embora tenham poder aquisitivo elevado, investem em local bem localizado para adquirirem um local para lazer ou recreio de final de semana.⁵⁵

Outra denominação muito comum no Distrito Federal com relação às ocupações irregulares de terras são os condomínios. De acordo com a legislação em vigor, o condomínio pressupõe uma copropriedade dividida em frações ideais. Entretanto, os chamados condomínios no Distrito Federal não passam de uma gleba de terra que foi dividida em lotes individualizados que são objeto de posse individual, não se enquadrando como propriedade condominial.

Outra forma que os “grileiros” de terras encontram para burlar a lei é conceituar o parcelamento de terras como “condomínio rural”. O condomínio rural se destina à exploração agrícola, agropastoril ou extrativa. Não há como denominar

⁵⁴ FERNANDES, Edésio. *Preservação Ambiental X Moradia: Um Falso Conflito*. Disponível em <[HTTP: //www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)> Acesso em 20 mar. 2012.

⁵⁵ FREITAS, José Carlos de. *Loteamentos Clandestinos e suas modalidades Fraudulentas: Atuação Preventiva dos Agentes Públicos*. In *Revista de Direito Imobiliário*, nº 48. p.16.

esse parcelamento de terras como condomínio rural, já que se destina a moradias urbanas. Os loteamentos urbanos devem ser regidos pela Lei nº 6.766/79.⁵⁶ Assim, as áreas rurais vão se transformando drasticamente em áreas urbanas, alargando os limites da cidade e fazendo com que o Poder Público assuma gastos de manutenção de um sistema urbano disperso, bastante oneroso e não planejado. Grande parte das áreas rurais das Regiões Administrativas do Gama, Planaltina, Sobradinho, Taguatinga e outras já foram parceladas e transformadas em áreas urbanas.⁵⁷

Juridicamente e segundo a doutrina, o loteamento só passa existir a partir do registro em cartório, quando acaba a unidade anterior do terreno loteado, surgindo a pluralidade dos terrenos.⁵⁸

Para que ocorra a venda de um terreno é necessário que se tenha a propriedade do imóvel. Às vezes o grileiro adquire a propriedade de uma gleba original. Para parcelar essa gleba em lotes para revendê-los, o proprietário deve submeter o projeto de loteamento à aprovação do governo local, para obtenção do licenciamento ambiental. Somente depois disso ele poderá obter o Registro no Cartório de Imóveis. Assim, a partir desse momento os imóveis podem ser alienados a terceiros. Normalmente, os grileiros de terras não percorrem todos esses trâmites legais. Eles iludem os incautos, vendendo esses lotes de forma ilegal, apresentando apenas o registro original do imóvel.⁵⁹

Os grileiros de terras procuram obter vantagem econômica, também, quanto ao valor dos imóveis. Geralmente, de início, os lotes têm valor muito baixo. Dessa forma, a procura por esses terrenos é muito grande. Mas os especuladores não vendem todos os terrenos. Reservam boa parte dos lotes, geralmente os mais bem localizados, para ser vendidos mais tarde, à espera que os mesmos se valorizem, rendendo-lhes lucro ainda maior. Os compradores iniciais acabam

⁵⁶ BRASIL. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).> Acesso em: 06 dez. 2011.

⁵⁷ QUEIROGA, Alessandra Elias de. *Parcelamentos Ilegais do solo e a Desapropriação Como Sanção – O Caso dos Condomínios Irregulares no Distrito Federal*. Porto Alegre: Fabris, 2002. p.74.

⁵⁸ MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado, Parte Especial*. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1971. p. 21. “Juridicamente, o loteamento somente começa a existir, para todos os efeitos, isto é, completa e perfeitamente, depois – no instante imediato – da inscrição; com o registro, cessa a unidade anterior do terreno loteado; em vez dele, exsurge, no plano jurídico, a pluralidade de terrenos (lotes).”

⁵⁹ FREITAS, José Carlos de. *Loteamentos Clandestinos e suas modalidades Fraudulentas: Atuação Preventiva dos Agentes Públicos*. In *Revista de Direito Imobiliário*, nº 48. p.17.

obtendo vantagens porque os lotes valorizam e normalmente eles os revendem e voltam à procura de novo lote clandestino.⁶⁰

Por outro lado, a ocupação de terras no Distrito Federal não ocorre somente entre a população de baixa renda. Muitas pessoas de classe média e, até mesmo, de posição social mais elevada têm procurado terrenos clandestinos nas áreas mais privilegiadas da região. É comum falar-se, nos dizeres da população, que invasão de terras é coisa de pobre e condomínio é invasão de rico.⁶¹

Quando o processo de loteamento irregular de terras não dá certo e o governo retoma os terrenos e construções são derrubadas, quem realmente fica com o prejuízo são aqueles que adquiriram os lotes. Geralmente os grileiros de terras não são nem identificados.

O processo para regularizar a ocupação de terras geralmente é muito demorado. A partir daí começa a pressão sobre os órgãos governamentais que de alguma forma podem influenciar sobre a regularização desses terrenos. No próximo item haverá uma explanação sobre a regularização de alguns condomínios no Distrito Federal.

2.3 A Regularização dos Loteamentos Clandestinos

A venda de lotes sem o devido registro no Cartório de Imóveis é nula de pleno direito, já que a lei civil brasileira assim estabelece, uma vez que o objeto do contrato de compra e venda é totalmente ilícito. Várias decisões judiciais, tanto no Distrito Federal como em todo o país, têm considerado nulos esses contratos. É exemplar a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que se pronunciou, em 26 de agosto de 2003, sobre o recurso impetrado pelos moradores do condomínio Residencial Hollywood, no Setor habitacional Taquari. Os referidos

⁶⁰ PINTO, Victor Carvalho. *Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal*. Disponível em: < HTTP: //www.senado.gov.br.> Acesso em: 06 Nov. 2011.

⁶¹ QUEIROGA, Alessandra Elias de. *Parcelamentos Ilegais do solo e a Desapropriação Como Sanção – O Caso dos Condomínios Irregulares no Distrito Federal*. Porto Alegre: Fabris, 2002. p.73.

“O Estado tem se mostrado totalmente impotente para conter o avanço destes loteamentos ilegais. Ao invés de efetuar uma política pública que forneça moradia aos pobres e priorize a colocação de equipamentos públicos nos assentamentos populares e favelas, assiste impassível à chamada invasão dos ricos, que tem tomado para si, da maneira mais caótica possível, extensas faixas de terra do território nacional, grande parte das vezes apenas para especulação imobiliária, ou para possuírem uma casa de veraneio, ou sítio de fim de semana.”

moradores tinham a intenção de retenção dos lotes em face da Terracap, que pretendia licitar as terras públicas daquela localidade. Naquela oportunidade o Egrégio Tribunal se posicionou no sentido de considerar irregulares a ocupação de terras e a venda dos terrenos sem o registro dos imóveis. Asseverou, ainda, que os pretensos proprietários deveriam assumir os riscos do negócio que realizaram. Além disso, os moradores não podiam alegar desconhecimento da legislação. Na mesma decisão, o Tribunal pronunciou que os interesses públicos devem prevalecer sobre os particulares.⁶²

Por outro lado, há os que defendem o direito irrestrito da propriedade para atender à carência habitacional, no que se refere aos loteamentos irregulares. Mas, deve ser observado que o direito de propriedade tem certas limitações como a Constituição Federal prevê.⁶³ O interesse coletivo ou público deve ser considerado em benefício da comunidade pelo Estado. As limitações ao direito de propriedade constituem proteção ao interesse coletivo e privado, em favor da coexistência pacífica. Dessa forma, tem que se analisar o caso concreto, procurando identificar qual o princípio constitucional de maior relevância para tratamento da situação em questão.⁶⁴

Assim, o combate aos loteamentos irregulares não representa um desrespeito ao direito de propriedade, mas é uma atitude de respeito a preservação do meio ambiente e consideração dos interesses do bem-estar coletivo.⁶⁵

No entanto, os compradores de terrenos oriundos da ocupação irregular de terras no Distrito Federal exercem pressão muito grande sobre o Poder Público para que esses loteamentos sejam legalizados. Há muitos interesses econômicos e políticos que estão em jogo.

⁶² BRASÍLIA. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Agravo de Instrumento. É de se indeferir liminar no agravo de instrumento que objetiva liminar em ação cautelar inominada para garantir à agravante o direito de retenção de lote do Condomínio Residencial Taquari. Trata-se de terra pública, sendo o condomínio irregular. Há legalidade na alienação mediante processo licitatório. Ausência do fumus boni iuris a determinar o indeferimento da liminar no agravo de instrumento. Agravo regimental a que se nega provimento. 20030020027391AGI/DF. Quarta Turma Cível. Relator: Desembargador Mario Machado. Brasília, 26 de junho de 2003. Publicação no DJU: 20 de agosto de 2003. Acesso em: 08 out. 2011.

⁶³ CHEMERIS, Ivan. *A Função Social da Propriedade: O Papel do Judiciário diante das Invasões de Terras*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2002. p. 63.

⁶⁴ ARIMATÉA, José Rodrigues. *O Direito de Propriedade: Limitações e Restrições Públicas*. São Paulo: Lemos e Cruz. 2003. p.140.

⁶⁵ CANOTILHO, J.J. Gomes. *Proteção do Ambiente e Direito de Propriedade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. p.33.

A questão fundiária no Distrito Federal nos últimos anos se tornou ainda mais grave ao se tomar conhecimento de que algumas autoridades que deviam zelar pelos interesses dos cidadãos, pela preservação do meio ambiente e pelo combate ao uso irregular dos solos, aliaram-se a grupos econômicos para obter vantagens eleitorais ou financeiras, como é o caso dos políticos já citados anteriormente. Inclusive, alguns desses políticos se elegem prometendo aos habitantes dessas localidades a regularização de seus lotes. A promessa de lote fácil torna-se moeda eleitoral. Assim, a grilagem de terras no Distrito Federal, além de representar uma importante fonte de lucro fácil, pode ser associada ao grande potencial eleitoral dos moradores desses loteamentos. Já foram eleitos dois deputados distritais que respondem atualmente por diversas ações civis e penais, os ex-deputados distritais José Edmar e Pedro Passos, por causa de seus envolvimento nos parcelamentos ilegais do solo.⁶⁶

Em 1995, na gestão do então governador Cristovam Buarque, depois de denúncias do Ministério Público, de investigações junto à Polícia Federal, da instalação da CPI da grilagem na Câmara Distrital e de sofrer várias pressões para a legalização de condomínios, o Governo do Distrito Federal resolveu constituir um Grupo Executivo de Trabalho, denominado GET/PI para estudar a possibilidade de legalização dos condomínios e a situação destes no que se refere ao impacto ambiental e às questões legais dos loteamentos que foram cadastrados para legalização até o ano de 1992. Foram identificadas várias irregularidades como a constatação de que alguns condomínios eram fictícios ou recebiam nomes diversos para uma mesma localidade, para ser utilizados em futuros loteamentos. O grupo revelou a existência de 529 (quinhentos e vinte e nove) condomínios irregulares, dos quais 232 (duzentos e trinta e dois) poderiam continuar o processo de regularização e destes 212 (duzentos e doze) estavam localizados em terras pertencentes NOVACAP.⁶⁷

Após várias investigações, descobriu-se que muitos dos condomínios inscritos não atendiam ao mínimo das exigências legais. Assim, alguns poucos foram legalizados e a maioria continua na clandestinidade. O GET/PI

⁶⁶ PINTO, Victor Carvalho. *Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal*. Disponível em: <[HTTP://www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)> Acesso em: 08 nov. 2011.

⁶⁷ CARDIOLI, Maria. *O Parcelamento do Solo no Distrito Federal: O Papel do Ministério Público*. 2004. 206 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Brasília: 2004. p.74.

identificou, então, cinco grupos de parcelamentos que poderiam ser legalizados depois de realizados estudos e projetos. Em 1998, depois da publicação da Lei 1823/98, foram aprovadas as poligonais de estudo dos Setores Habitacionais do Jardim Botânico, São Bartolomeu, Dom Bosco, Taquari e Boa Vista. O Setor Vicente Pires foi acrescentado posteriormente por emenda da Câmara Legislativa.⁶⁸

Mas, o que, às vezes, torna-se estarrecedor é que o Poder Público oferece na maioria desses condomínios irregulares a infraestrutura necessária para moradia como os serviços de água, luz e coleta de lixo. O Estado, na maioria das vezes, cobra até o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).⁶⁹ Dessa forma, o incentivo às ocupações irregulares ocorre, até mesmo, por parte do Poder Público.

O fato considerado primordial para o início da regularização dos chamados “condomínios” no Distrito Federal foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça ao julgar constitucional a Lei nº 9.262/96 em abril de 2007, cujo texto autoriza os habitantes de condomínios do Setor São Bartolomeu a adquirirem os lotes onde vivem por meio da venda direta. Assim, a lei foi estendida a outros condomínios do Distrito Federal localizados em área pública por analogia. Então, o Governo do Distrito Federal (que nesse período o governo do Distrito Federal era exercido pelo deputado Wilson Lima, após o afastamento do Governador José Roberto Arruda) criou o Conselho de Regularização dos Condomínios do Distrito Federal, definindo as normas de venda direta dos lotes. As regras que norteariam o processo de regularização foram negociadas entre o governo do Distrito Federal e o Ministério Público. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado entre o GDF e o MP em maio de 2007 após exaustivas discussões. Os primeiros moradores a assinar os contratos de compra e venda foram os dos condomínios San Diego, Portal do Lago Sul, Mansões Califórnia e Estância Jardim Botânico e, inclusive, já haviam recebido as escrituras dos lotes. Os parcelamentos localizados no Setor Habitacional Jardim Botânico, como o Mirante das Paineiras, o Parque Jardim das Paineiras, a

⁶⁸ NOVACAP. Disponível em: <HTTP: // www.terraacap.df.gov.br>. Acesso em: 08 nov. 2011.

⁶⁹ RAFFAELLI, Paulo Cesar Pimentel. *O IPTU e a inexistência de equipamentos públicos comunitários em loteamentos*. In Revista Tributária e de Finanças Públicas, nº 82. 2008.

segunda parte do Estância Jardim Botânico e Jardim Botânico I e IV serão os próximos a ser regularizados.⁷⁰

O primeiro condomínio particular a ser regularizado foi o Morada de Deus, localizado na Área de Proteção Ambiental de São Bartolomeu. Em todo o Distrito Federal, existem 513 (quinhentos e treze) condomínios aguardando regularização. Destes, 379 (trezentos e setenta e nove) estão localizados em área urbana e 134 (cento e trinta e quatro) em área rural. Em áreas urbanas existem 317 (trezentos e dezessete) loteamentos irregulares, 30 (trinta) em processo de regularização e 28 (vinte e oito) em fase de aprovação. A maioria dos condomínios urbanos está concentrada nas regiões administrativas de Sobradinho, Planaltina, Santa Maria, Paranoá, Gama, Ceilândia e São Sebastião.

Uma das medidas mais importantes para tentar frear o processo de grilagem e a ocupação desordenada do solo na Região Centro-Oeste e no Distrito Federal foi a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central. A criação da referida APA se deu em 2002. A partir daí, qualquer licenciamento ambiental na região passou a ser de jurisdição do IBAMA (órgão federal). Assim, os empreendimentos imobiliários tornaram-se dependentes da autorização do IBAMA, já que 60% (sessenta por cento) do território local se encontra em terras da APA do Planalto Central. Desde a criação desta APA, a atuação da grilagem de terras no Distrito Federal se arrefeceu. No entanto, o resultado final dependerá bastante da ação preventiva e repressiva do IBAMA, com o apoio do governo local e da sociedade.⁷¹

Dessa forma o maior desafio da política de habitação no Distrito Federal é atuar diretamente contra a ilegalidade urbana, por meio da regularização fundiária. Essa regularização fundiária é uma intervenção que, para se realizar efetiva e satisfatoriamente, deve abranger um trabalho jurídico, urbanístico, físico e

⁷⁰ O PROCESSO de Regularização dos Condomínios. *Correio Braziliense*. Brasília. Disponível em <HTTP: //www.correioweb.com.br/especiais/ condomínios/regularização.htm.> Acesso em 07 Março 2012.

⁷¹ SILVA, Hélio de Andrade. *Os Problemas Fundiários do Distrito Federal*. Mundo Jurídico, São Paulo, 2006. Disponível em: <HTTP://www.mundojuridico.adv.br/doutrina.> Acesso em: 08 nov. 2011.

social. Se alguma destas dimensões é esquecida ou negligenciada, não se atingem plenamente os objetivos do processo.⁷²

Finalmente, a solução para a questão fundiária no Distrito Federal caberia uma proposta de desestímulo aos empreendimentos imobiliários irregulares. Talvez a melhor estratégia seria a punição patrimonial, tanto dos parceladores do solo como daqueles que comprem os lotes. Nesse caso uma medida exemplar seria a retomada dos terrenos pelo Poder Público.⁷³

A maior consequência da ocupação irregular de terras no Distrito Federal é o agravamento dos problemas ambientais e as possíveis mudanças nos aspectos naturais do bioma local como será discutido no próximo capítulo.

⁷² FERNANDES, Edésio. Princípios, bases e desafios de uma política nacional de apoio à regulamentação fundiária sustentável. In ALFONSIN, Betânia de Moraes. FERNANDES, Edésio. *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. p. 100.

⁷³ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília. Brasília: 2004. p.83.

3 O IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA OCUPAÇÃO DE TERRAS NO DISTRITO FEDERAL

Existe uma impressão errônea de que o cerrado é um bioma ecologicamente pobre. Ao contrário, é um dos ecossistemas mais ricos em espécies animais e vegetais. No Brasil, ocupa praticamente 25% (vinte e cinco por cento) do território nacional.⁷⁴

No entanto, apesar da grande importância natural, tem sofrido constantes agressões antrópicas, especialmente após a construção de Brasília e a mudança da capital brasileira.

Será realizado estudo sobre as características do cerrado e respectiva importância no Brasil e, especialmente, no Distrito Federal, além identificar as principais Unidades de Conservação Ambiental criadas Poder Público. Verificar-se-á como o acelerado crescimento demográfico no Distrito Federal contribuiu para a degradação do bioma cerrado, bem como a ocupação irregular de terras.

3.1 A Importância do Cerrado e as Unidades de Conservação

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, sendo menor apenas que a Floresta Amazônica. Localiza-se principalmente na Região Centro-Oeste, no grande platô que ocupa o Planalto Central Brasileiro, fazendo fronteira com os outros biomas nacionais. Daí a grande variedade de espécies vegetais e animais.⁷⁵

O tipo climático do Distrito Federal é o Tropical Típico, apresentando duas estações ao ano: uma seca, bastante rigorosa, e outra chuvosa. Na estação seca, os índices de umidade do ar são baixíssimos, com características de deserto, o que enseja muitos transtornos para a população.⁷⁶

Apesar da pouca chuva, mesmo nas estações secas, o solo contém uma quantidade razoável de água, a partir de dois metros de profundidade. Por isso,

⁷⁴ LOPES, Sônia. *Biologia: Volume Único*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 572.

⁷⁵ ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. *Geografia: Geografia Geral e do Brasil, Volume Único*. São Paulo: Ática, 2005. p. 83.

⁷⁶ MOREIRA, João Carlos e Eustáquio de Sene. *Geografia: Volume Único*. São Paulo: Scipione, 2005. p. 147.

as plantas desenvolvem raízes mais profundas, conseguindo sobreviver no período mais rigoroso.⁷⁷

As árvores do cerrado são caracterizadas por possuir troncos tortos, cobertos por casca grossa, e folhas grandes e rígidas. Nas margens dos rios são encontradas as matas galerias ou matas ciliares.⁷⁸

A biodiversidade do cerrado pode ser comparada à Amazônica. Já foram catalogadas mais de 6.000 (seis mil) espécies de árvores. Há cálculos que indicam que mais de 40% (quarenta por cento) de algumas espécies animais e vegetais do bioma são endêmicas. Também são encontradas várias espécies vegetais como pombeiro, aroeira, buriti, peroba, carvoeiro, viola, marmelada, tingui, pau-de-tucano, angico, copaíba, ipê, gomeira, canela, faveiro, bacupari, frejó, pequi, mutamba, embiruçu e várias outras.⁷⁹

A fauna do cerrado é, também, bastante diversificada, especialmente por ser uma área fronteira com a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica. Há, nessa região, mais de 800 (oitocentas) espécies de aves, além da grande variedade de peixes, roedores, répteis, insetos e outras formas de vida. São exemplos de animais que podem ser encontrados: a ema, o lobo-guará, a onça pintada, a anta, o tamanduá, o tatu, o veado campeiro, entre outros. Muitos desses animais estão em vias de extinção.⁸⁰

A acelerada ocupação de terras no Distrito Federal contribuiu para a rápida devastação do cerrado local, o que elevou a preocupação dos ambientalistas e de certos setores da sociedade.

3.2. As Unidades de Conservação do Distrito Federal

Desde meados do século XX, a preocupação com um meio ambiente saudável e preservado vem crescendo no mundo inteiro, especialmente na

⁷⁷ LOPES, Sônia. *Biologia: Volume Único*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 572.

⁷⁸ ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. *Geografia: Geografia Geral e do Brasil, Volume Único*. São Paulo: Ática, 2005. p. 83.

⁷⁹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p.26.

⁸⁰ LOPES, op. Cit., p. 572.

Europa. Os movimentos ecológicos chegaram também ao Brasil. Assim, vários estudos e Projetos de Lei foram realizados com a intenção de preservar as riquezas naturais nacionais, inclusive com previsão constitucional.⁸¹

Um dos instrumentos legais dos mais importantes para a proteção do meio ambiente no Brasil foi o surgimento da Lei 6.938/81. O meio ambiente passa a ser protegido de forma integral e não fragmentado, como acontecia anteriormente. De acordo com os termos do artigo 9º da referida Lei a criação de espaços territoriais especialmente protegidos faz parte dos mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente. Neste mesmo diapasão, a Constituição Federal de 1988 no artigo 225, § 1º, relacionou as principais incumbências do Poder Público destinadas a assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecendo no seu inciso III a definição dos espaços especialmente protegidos.⁸²

Uma das importantes regulamentações deste dispositivo foi realizada pela edição da Lei 9.985/2000 que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Conservação da Natureza). As Unidades de Conservação são áreas territoriais com recursos ambientais originárias, contendo características naturais relevantes, assim criadas pelo Poder Público, com o intuito de conservação e definição de limites. Essas áreas possuem regime especial de administração e a elas são aplicadas garantias adequadas de proteção. São classificadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Proteção Integral.⁸³

No Distrito Federal, existem várias categorias de Unidades de Conservação que podem ser enquadradas naquelas estabelecidas pelo SNUC. A seguir serão identificadas as principais Unidades de Conservação do DF:

3.2.1 *Estação Ecológica:*

São restritas as visitas públicas, a não ser para fins educacionais, por serem áreas de grande importância para a preservação dos ecossistemas e

⁸¹ ALVES, Wagner Antonio. *Princípios da Precaução e da Prevenção no Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005. p. 85.

⁸² FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Curso de Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 262.

⁸³ CARNEIRO, Ricardo. *Direito Ambiental, uma abordagem Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003. p. 116.

devido ao interesse da pesquisa científica. Mesmo a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão governamental responsável pela área. O objetivo básico das estações ecológicas é manter intactos ecossistemas ecológicos, sem a interferência humana. Por isso, a exploração econômica é inviável. A criação das estações ecológicas se dá em áreas públicas. Quando a área a ser criada for em propriedade privada, deverá haver prévia desapropriação.⁸⁴

A Estação Ecológica de Águas Emendadas possui área de aproximadamente 10.547 (dez mil e quinhentos e quarenta e sete) hectares e é considerada a mais importante reserva natural do Distrito Federal. Nessa região, ocorre o fenômeno único da união de três das grandes bacias da América do Sul: Tocantins-Araguaia, São Francisco e Platina. Esse acidente geográfico se caracteriza como um dos de maior expressão existentes no Território Nacional.⁸⁵

A Estação Ecológica do Jardim Botânico conta atualmente com uma área de 4.429 (quatro mil e quatrocentos e vinte e nove) hectares e se localiza na Área de Proteção Ambiental (APA) das bacias do Gama e Cabeça-de-Veados. Essa estação ecológica abriga amostras representativas do bioma cerrado, tais como: cerrado típico, campo sujo de cerrado, campo limpo, campo rupestre, campo de murundus, mata mesofísica, mata de galeria e vereda. Abriga diversos tipos de animais, muitos deles ameaçados de extinção. A importância desta estação ecológica consiste na preservação da biota local, o que permite a realização de pesquisas científicas e educação ambiental, sem interferências indesejáveis.⁸⁶

A Estação Ecológica da Universidade de Brasília (UnB) foi criada pela UnB por meio da Resolução 035/86, incluindo a Área de Relevante Interesse Ecológico Capetinga-Taquara e uma porção do Campus Experimental da Universidade. Foram protegidos aproximadamente 2.340 (dois mil, trezentos e quarenta) hectares do cerrado com a finalidade de preservação e pesquisa dos ecossistemas naturais, inclusive de espécies raras ou ameaçadas de extinção.⁸⁷

⁸⁴ LEUZINGER, Márcia Dieguez e Sandra Cureau. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 73.

⁸⁵ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p. 32.

⁸⁶ JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.jardimbotanico.df.gov.br.> Acesso em: 25 nov. 2011.

⁸⁷ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Op. cit.* p.33.

3.2.2 Reserva Biológica:

Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais recursos naturais em seus limites, sem a interferência humana direta, excetuando-se as medidas de recuperação dos ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares que estejam em próprios limites devem ser desapropriadas. Não é permitida a visitação pública, exceto aquelas que tenham objetivo educacional.⁸⁸

A Reserva Biológica da Contagem possui área de 3.460 (três mil, quatrocentos e sessenta) hectares. Os limites da Reserva englobam as cabeceiras do Ribeirão da Contagem e do Córrego Paranoazinho e parte de suas microbacias. Abrange, ainda, as encostas e o topo da Chapada da Contagem, próxima aos condomínios do Grande Colorado, o entorno da Vila Basevi e a extremidade leste do núcleo rural Lago Oeste, região bastante ameaçada por ocupações irregulares.⁸⁹

A Reserva Biológica do Descoberto possui área total de 4.345 (quatro mil, trezentos e quarenta e cinco) hectares, em uma faixa de 125 (cento e vinte e cinco) metros contados a partir da curva de nível 1032 (mil e trinta e dois), cota máxima do Lago Descoberto, que compõe a Área de Preservação Permanente em torno do reservatório. A principal finalidade dessa reserva ecológica é contribuir para a proteção das águas do Lago Descoberto.⁹⁰

3.2.3 Parques Nacionais:

Geralmente são grandes áreas criadas com a finalidade de preservação de ecossistemas naturais, a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades educacionais, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. São áreas de domínio público da União, dos Estados ou dos Municípios que possuem amostras importantes dos principais ecossistemas regionais, que justifiquem sua conservação segundo técnica de

⁸⁸ CARNEIRO, Ricardo. *Direito Ambiental, uma abordagem Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003. P. 119.

⁸⁹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p.33.

⁹⁰ INSTITUTO BRÁSILIA AMBIENTAL. Brasília. 2011. Disponível em:<HTTP//: www.ibram.df.gov.br.> Acesso em 25 ago. 2011.

manejo para conciliar o próprio uso com a preservação integral e permanente do patrimônio ambiental.⁹¹ Apesar de terem sido previstos nas Constituições Federais de 1934, 1946 e 1967/1969, não há qualquer expressão escrita a respeito na Constituição Brasileira de 1988.⁹²

O Parque Nacional de Brasília é uma unidade de conservação federal criada no início de Brasília, em 1961. É de grande importância na qualidade das represas de Santa Maria e do Torto, além de garantir a qualidade da água de dois importantes ribeirões que abastecem o Lago Paranoá: o Torto e o Bananal. Constitui, ainda, importante área de lazer para a população do Distrito Federal, especialmente nos finais de semana e feriados, uma vez que possui toda infraestrutura de um clube recreativo, contendo: piscinas, lanchonetes e assemelhados.⁹³

3.2.4 Floresta Nacional:

É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente naturais, que tem como objetivo básico o uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica. Somente podem ser criadas em áreas públicas. Por isso, se forem instituídas em áreas privadas, devem ser desapropriadas.⁹⁴ Apesar de terem sido criadas para se tornarem grandes laboratórios que permitissem aos povos da floresta o uso sustentável dos recursos naturais, reduzindo o impacto ambiental, hodiernamente há a percepção de que as florestas vêm sendo instituídas com o objetivo de exploração de recursos naturais para fins comerciais.⁹⁵

A Floresta Nacional de Brasília tem uma área de 9.346 (nove mil, trezentos e quarenta e seis) hectares dividido em quatro áreas, duas localizadas na

⁹¹ CARNEIRO, Ricardo. *Direito Ambiental, uma abordagem Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003. p. 119.

⁹² LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Natureza e Cultura: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Populações Tradicionais Residentes*. Curitiba: Letra da Lei, 2009. p.138.

⁹³ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. P.35.

⁹⁴ LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Natureza e Cultura: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Populações Tradicionais Residentes*. Curitiba: Letra da Lei, 2009. p.147.

⁹⁵ LEUZINGER, Márcia Dieguez e Sandra Cureau. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 81.

Região Administrativa de Taguatinga e duas na Região Administrativa de Brazlândia.⁹⁶

3.2.5 Áreas de Proteção Ambiental – APA

São áreas extensas, com certo grau de ocupação humana, que possuem recursos abióticos e bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida das populações humanas. Os objetivos dessas áreas são proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Podem ser constituídas por terras públicas ou particulares, respeitando os princípios constitucionais.⁹⁷

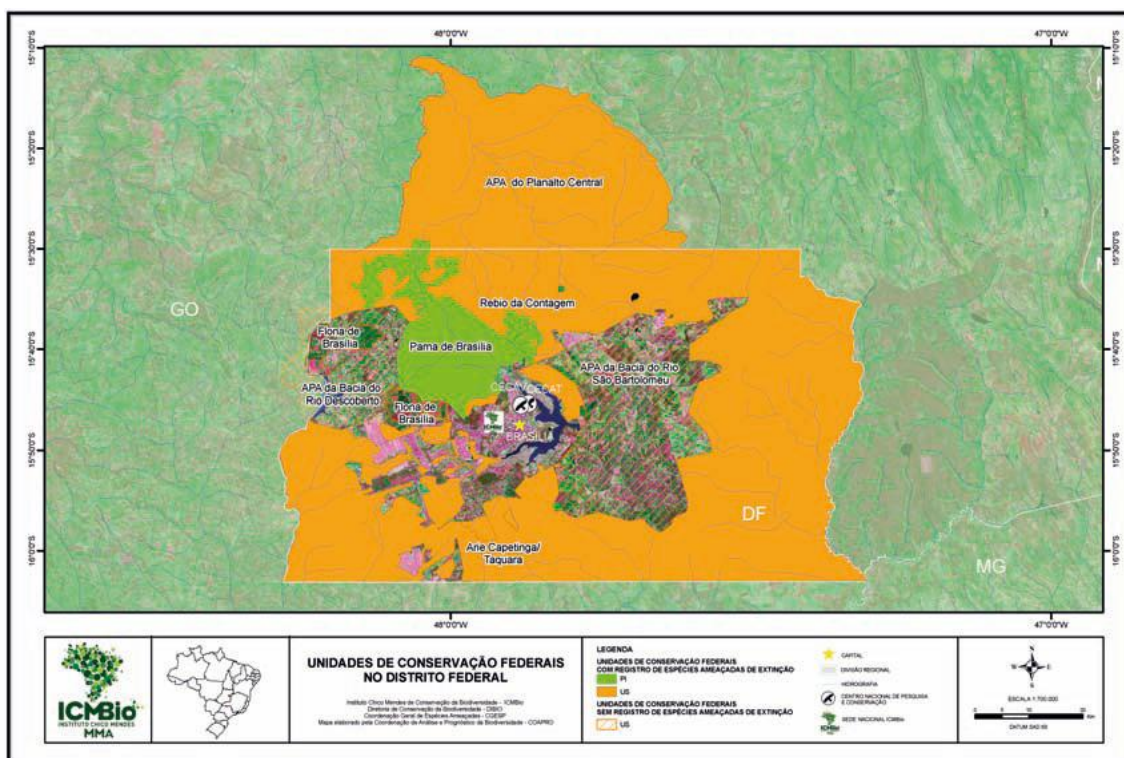
A APA do Planalto Central foi criada pelo Decreto Presidencial de dez de janeiro de 2002, compreende terras do Distrito Federal e se estende pelo Estado de Goiás, na área limítrofe a noroeste do Distrito Federal, abrangendo a região de aproximadamente 504.608 (quinhentos e quatro mil e seiscentos e oito) hectares. A finalidade da criação da referida APA é “a proteção dos mananciais, regularização do uso dos recursos hídricos e do parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e a proteção do patrimônio ambiental e cultural da região.”⁹⁸ A superposição das Unidades de conservação do DF com a APA do Planalto Central reforçou bastante a proteção dessas áreas. Veja a seguir o mapa com a localização da APA do Planalto Central e as demais APAs que estão superposicionadas na referida APA (figura 3.1).

⁹⁶ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Op cit., p.36.

⁹⁷ CARNEIRO, Ricardo. *Direito Ambiental, uma abordagem Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003. p. 119.

⁹⁸ ICMBIO. *APA do Planalto Central*. Brasília. 2012. Disponível em <HTTP: //www.icmbio.gov.br.> Acesso em: 14 março 2012.

Figura 3.1: A APA do Planalto Central e as Principais Unidades de Conservação do DF



Fonte: ICMBIO (Disponível em <[HTTP: //www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)> Acesso em: 21 junho 2012.)

A APA da Bacia do Rio São Bartolomeu é a maior do Distrito Federal. Reúne todos os tipos de vegetação do cerrado. Contém representantes diversos da fauna do cerrado.⁹⁹

A APA da Bacia do Rio Descoberto foi criada por Decreto Federal e abrange terras do Distrito Federal e trechos do Estado de Goiás. É destinada basicamente à proteção da bacia do Rio Descoberto e abriga a cidade de Brazlândia em seus limites.¹⁰⁰

A APA das bacias dos córregos Gama e Cabeça-de-Veado foram criadas com o objetivo de proteger as cabeceiras do Ribeirão do Gama e do Córrego Cabeça-de-Veado, além da integridade de suas drenagens, responsáveis por parte das águas do Lago Paranoá. Situa-se ao sul do Plano Piloto e engloba grande parte das Regiões Administrativas do Lago Sul e do Setor de Mansões Park Way, o

⁹⁹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p.37.

¹⁰⁰ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Ibidem*, p. 38.

Catetinho, o núcleo rural Vargem Bonita e o Aeroporto Internacional de Brasília, além da Candangolândia.¹⁰¹

A APA do Cafuringa situa-se no extremo noroeste do Distrito Federal. Engloba parte da Chapada da Contagem e da região recortada por drenagens naturais, apresentando relevo bastante acidentado, com muitas cachoeiras. Possui belos monumentos naturais como o Poço Azul, as Cachoeiras de Mumunhas e do Ribeirão Dois Irmãos, o Morro da Pedreira e as cachoeiras nas nascentes do Ribeirão Cafuringa. Além disso, contém inúmeras cavernas, sendo a mais expressiva a Gruta do Rio do Sal.¹⁰²

A APA do Lago Paranoá localiza-se na área urbana do Distrito Federal, abrangendo as Regiões Administrativas de Brasília, Paranoá, Lago Sul e Lago Norte. Foi instituída com o objetivo de proteção de uma parte da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, dos ninhais de aves aquáticas, da vegetação remanescente do cerrado, das encostas íngremes na parte norte e das matas ciliares que protegem os córregos e ribeirões, garantindo a qualidade das águas que abastecem o Lago Paranoá.¹⁰³

3.2.6 Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE

São regiões que se caracterizam por possuir áreas naturais extraordinárias com exemplares raros da biota regional. Podem ser instituídas tanto em áreas de terras públicas como particulares. Não há muitas diferenças entre a ARIE e a APA. A única diferença, prevista em lei, é que a APA se caracteriza por ocupar uma área bastante extensa e possuir razoável ocupação demográfica, enquanto que a ARIE ocupa áreas mais reduzidas e com pouca ou nenhuma ocupação humana.¹⁰⁴

As principais ARIES do Distrito Federal são: Paranoá Sul, Capetinga, Taquara, do Santuário de Vida Silvestre, do Riacho Fundo, do Cerrado, Parque Juscelino Kubitschek, do Bosque, da Granja do Ipê e Dom Bosco. A ARIE do

¹⁰¹ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Brasília. 2011. Disponível em [HTTP://: <www.semarh.df.gov.br>](http://www.semarh.df.gov.br) Acesso em: 25 ago. 2011.

¹⁰² NETTO, Pedro Braga. *APA de Cafuringa: A Última Fronteira*. Brasília: Semarh, 2005.

¹⁰³ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p.39.

¹⁰⁴ LEUZINGER, Márcia Dieguez e Sandra Cureau. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 81.

Paranoá Sul foi criada com o objetivo de proteção das margens do Lago Paranoá e da preservação de espécies endêmicas da região. A ARIE Capetinga localiza-se dentro da APA das bacias do Gama e Cabeça-de-Veado, está bem preservada e abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, tanto da flora como da fauna do cerrado. A ARIE do Santuário de vida Silvestre do Riacho Fundo constitui-se em excelente abrigo para as aves, a fauna aquática e pássaros que estão em processo migratório porque é uma região rica em alimentos para reposição energética de que esses animais necessitam. A ARIE do Cerradão constitui uma ilha de vegetação ainda não alterada e caracterizada como uma mancha de Cerradão. A ARIE Parque Juscelino Kubitschek é abrangida pelas microbacias dos Córregos Cortado e Taguatinga e do Ribeirão Taguatinga, nas Regiões Administrativas de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Os principais objetivos dessa Unidade de Conservação é a finalidade de preservação dos recursos naturais, bem como a recreação e o lazer, atividades agropecuárias e a educação ecológica e ambiental. A ARIE do Bosque caracteriza-se por ter uma biota bastante alterada, não tendo atributos ambientais de maior relevância. Por isso, deverá ser enquadrada como parque de uso múltiplo por meio de ato normativo de reavaliação. A ARIE da Granja do Ipê situa-se nas Regiões Administrativas do Riacho Fundo e do Núcleo Bandeirante. Há nos limites dessa ARIE as nascentes e os cursos dos córregos Ipê e Capão Preto e um Sítio Arqueológico, garantindo-lhe proteção integral. No entanto, por possuir grande quantidade de cascalho laterítico, vem sendo utilizada para retirada de cascalho para pavimentação de vias públicas.¹⁰⁵

3.3 O Crescimento Populacional e Urbano no Distrito Federal

Os dados do último Censo Demográfico Brasileiro (2010), divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicam que a população do Distrito Federal atualmente gira em torno de 2.562.963 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e novecentos e sessenta e três) habitantes.¹⁰⁶

¹⁰⁵ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://: www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/09> Acesso em: 03 março 2011.

¹⁰⁶ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006. p. 41.

Em 1957, segundo dados do IBGE, a população total do Distrito Federal era apenas de 12.700 (doze mil e setecentos) habitantes. Em 1960, ano da transferência da capital, os residentes na capital eram 140.165 (cento e quarenta mil e cento e sessenta e cinco).¹⁰⁷

Brasília foi planejada para não ultrapassar os quinhentos mil habitantes. No entanto, na década de 1970 já ultrapassava essa marca. Em 1980, atingiu o patamar de mais de um milhão de habitantes e, em 1991, atingia o índice de 1.601.094 (um milhão, seiscentos e um mil e noventa e quatro) habitantes (ver figura 3.2).¹⁰⁸

Embora o crescimento populacional do Distrito Federal tenha decaído nos últimos tempos, a exemplo da população brasileira e mundial como um todo, o ritmo desse crescimento ainda é bastante alto conforme demonstram as figuras 3.2 e 3.3.

Figura 3.2 - População Absoluta do DF

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (em números absolutos)
1960	140.160
1970	537.492
1980	1.176.935
1991	1.601.094
1996	1.821.946
2000	2.051.146

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Pesquisa por Amostra de domicílios em 1996. (disponível em <HTTP: www.ibge.gov.br> Acesso em 22 junho 2012.)

¹⁰⁷ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006.

¹⁰⁸ CODEPLAN. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP:WWW.codeplan.df.gov.br.> Acesso em : 08 outubro 2011.

Figura 3.3 - Taxa de Crescimento da População do Distrito Federal

PERÍODO	MÉDIA ANUAL (em porcentagem)	NO PERÍODO (em porcentagem)
1960 a 1970	14,4%	283,5%
1970 a 1980	8,2%	119,0%
1980 a 1990	2,8%	36,0%
1990 a 2000	2,8%	28,1%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. (disponível em <HTTP: www.ibge.gov.br.> Acesso em 22 junho 2012.)

De acordo com os dados constantes na figura 3.2 e na figura 3.3, vários componentes contribuíram para a evolução demográfica do Distrito Federal. Um desses componentes foi a migração. Até a década de 1970, a participação da migração correspondia a 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de crescimento no Distrito Federal. A partir desse período, o crescimento vegetativo passou a predominar, com o fator migratório responsável apenas por 33% (trinta e três por cento) da taxa de crescimento.¹⁰⁹

Fatores localizados, decorrentes de políticas públicas, podem ter contribuído para a composição do quadro demográfico local, fazendo com que aumentassem os fluxos migratórios para o Distrito Federal; como é o caso da política habitacional adotada pelo governo local, a partir dos anos 1980. Essa política habitacional caracterizava-se pela intensa distribuição de moradias para as populações de baixa renda em todo o Distrito Federal.¹¹⁰

Há que se considerar que o Distrito Federal é uma área limítrofe com a região do entorno, que abriga cerca de dezenove municípios goianos. Conforme dados governamentais, essa região teve crescimento demográfico maior que o do Distrito Federal nas últimas décadas. Observa-se que boa parte dos habitantes do

¹⁰⁹ CODEPLAN. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP:WWW.codeplan.df.gov.br. Acesso em : 08 outubro 2011.

¹¹⁰ PINTO, Victor Carvalho. *Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal*. Disponível em: <HTTP://www.senado.gov.br> Acesso em: 06 Nov. 2011.

entorno foram “expulsos” do Distrito Federal por não conseguir ter acesso a moradia e constitui uma espécie de população “flutuante”, realizando diariamente os chamados movimentos pendulares, ou seja, moram no entorno durante a noite mas, durante o dia, trabalham, estudam e utilizam os serviços de saúde do Distrito Federal.¹¹¹

Conclui-se que, desde o período de sua inauguração, a cidade de Brasília e o Distrito Federal tiveram acelerado crescimento demográfico, tornando-se uma das áreas mais densamente povoadas do país.

Esse aumento populacional contribuiu de forma significativa para a degradação do meio ambiente e, em especial, do bioma cerrado. De modo geral, esses problemas estão ligados às desigualdades sociais existentes nos centros urbanos. Acesso à moradia, à coleta e tratamento de lixo e ao saneamento básico são os principais indicadores dessas desigualdades e funcionam como agravadores dos impactos ambientais.¹¹²

3.4 Principais Mudanças no Quadro Natural do Distrito Federal

Como visto, desde a inauguração da capital, o Distrito Federal atraiu grandes contingentes de imigrantes de todos os lugares do país. Assim, foram surgindo várias cidades satélites e a ocupação do solo se deu sem planejamento e de forma desorganizada.

Logicamente, o meio natural não permaneceu inalterado, mas sofreu intensas modificações.¹¹³

A tabela número 3, elaborada pela UNESCO com o apoio da UnB, indica a evolução temporal, no período de 1954 a 1998, das áreas de cobertura vegetal e do uso do solo no Distrito Federal.¹¹⁴

¹¹¹ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. p.11

¹¹² MOREIRA, João Carlos e Eustáquio de Sene. *Geografia: Volume Único*. São Paulo: Scipione, 2005. p.499.

¹¹³ UNESCO. *Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço*. Brasília, 2000. p.27.

Figura 3.4 - Quantificação Multitemporal das Áreas de Cobertura Vegetal e Uso do Solo (há)

Classe de Legenda	1954 (em hectares)	1964 (em hectares)	1973 (em hectares)	1984 (em hectares)	1994 (em hectares)	1998 (em hectares)
Mata	220.003	94.533	88.017	73.060	69.416	57.700
Cerrado	220.003	198.694	176.103	105.281	100.541	57.622
Campo	251.609	275.267	254.597	222.187	144.762	130.501
Corpos d'água	160	4.074	4.749	5.750	5.909	5.369
Área Agrícola	93	2.570	35.223	120.954	213.896	269.366
Área Urbana	121	4.625	12.208	21.409	28.134	38.179
Reflorestamento	0	0	0	19.357	11.977	9236
Solo Exposto	0	1.637	10.503	13.402	6.765	13.357
TOTAL	581.400	581.400	581.400	581.400	581.400	581.400

Fonte: UNESCO: Vegetação no Distrito Federal – tempo e espaço, 2000 (adaptada).

Ao analisar os dados da figura 3.4, o ano de 1954 é considerado o ano base, pois representa a situação original de cobertura vegetal encontrada no Distrito Federal antes da construção de Brasília e transferência da capital. Nesse período a ação humana era considerada mínima, caracterizando-se por algumas áreas construídas nas cidades de Brazlândia e Planaltina, e outras ocupadas por atividades agrícolas tradicionais e de subsistência.¹¹⁵

Já no ano de 1964, existe intensificado processo de urbanização no Distrito Federal. Existem áreas urbanas consolidadas e outras em vias de consolidação. É o caso das cidades de Brasília, Sobradinho, Gama e Taguatinga. Há, também, muitas áreas de solo expostas para a construção de novos prédios para a capital recém inaugurada. A Barragem do Rio Paranoá já se encontrava

¹¹⁴ UNESCO. *Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço*. Brasília, 2000. p. 26.

¹¹⁵ Ibidem, p.21

construída, inundando uma grande área de mata localizada ao longo do curso d'água.¹¹⁶

O adensamento da malha urbana já era intenso em 1973, especialmente nas cidades de Brasília, Guará, Taguatinga, Ceilândia e Planaltina. A produção agrícola se torna mais intensa, passando a ocupar áreas de campo e de cerrado. A barragem de Santa Maria já estava construída. Essa construção está localizada na área do Parque Nacional de Brasília, a qual inundou grande parte da área de mata e provocou o processo de degradação ambiental que ainda não foi recuperada.¹¹⁷

Na década de 1980, ocorreu um fenômeno muito comum nas áreas mais urbanizadas do mundo e do Brasil – o processo de conurbação.¹¹⁸ Esse processo pode ser percebido entre as áreas de Taguatinga e Ceilândia, assim como entre as áreas de Brasília, do Guará e do Cruzeiro. Há, também, um grande desenvolvimento tecnológico nas atividades agrícolas, avançando a fronteira de produção de grãos sobre o cerrado. Nessa época, a PROFLOA já estava consolidada, com extensas áreas de reflorestamento, especialmente com monoculturas de pinus e eucaliptos, modificando significativamente a paisagem natural do cerrado. Aumentou, nesse período, a demanda de água por causa do crescimento populacional. Para atender a essa demanda foi construída a barragem do Rio Descoberto, que inundou uma vasta área de mata de galeria na região.¹¹⁹

O ano de 1994 caracterizou-se pelo surgimento de novas áreas urbanas, de caráter mais popular como Samambaia e Recanto das Emas, nas proximidades de Taguatinga e Ceilândia, assim como a cidade de Santa Maria, próxima ao Gama; e Paranoá, próxima à barragem do Lago Paranoá e do Plano Piloto. Crescem os números de áreas agrícolas irrigadas, aumentando a pressão

¹¹⁶ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. P.78.

¹¹⁷ UNESCO. Op. Cit. p.22.

¹¹⁸ MOREIRA, João Carlos e Eustáquio de Sene. *Geografia: Volume Único*. São Paulo: Scipione, 2005. P. 176.

“Conurbação é o processo pelo qual duas ou mais cidades próximas crescem tanto de forma não planejada e sem controle, que com o passar do tempo já não se consegue diferenciar uma das outras, acabam as fronteiras entre elas. O exemplo mais conhecido no Brasil é a região do ABCD em São Paulo.”

¹¹⁹ UNESCO. *Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço*. Brasília, 2000. p.23.

sobre os recursos hídricos. As áreas de reflorestamento da PROFLOTA já se encontram bastante degradadas e se tornam alvo de ocupação dos solos.¹²⁰

No período de 1998, tornou-se perceptível o adensamento de áreas com parcelamento do solo e com edificações em locais como o Setor de Mansões Park Way, ao redor das cidades de Sobradinho e Planaltina e em localidades mais próximas ao entorno do Distrito Federal, tais como as áreas próximas à barragem do Descoberto e das cidades do Gama e Santa Maria. Esse adensamento é, na maioria das vezes, provocado por empreendimentos particulares. Observa-se, também, que a ocupação agrícola se torna cada vez mais localizada nas proximidades de áreas de preservação. Essas áreas encontram-se pressionadas pelo processo de ocupação do solo e isoladas de outras áreas naturais do cerrado. A maior consequência dessa ocupação humana no contorno das unidades de conservação é que as elas ficam cada vez mais isoladas, formando fragmentos de vegetação natural sem conexão com outras áreas do cerrado, o que compromete o fluxo de material genético e provoca a redução da biodiversidade.¹²¹

A Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudesu) fez um levantamento para o Correio Braziliense, divulgado em reportagem de 20 de Outubro de 2008, revelando que noventa e três mananciais (19,2% dos mananciais mapeados) têm graves problemas ambientais como falta de cobertura vegetal, construção e ocupação urbana nas margens, processos erosivos, de assoreamento e contaminação por lixo, entulho e esgoto. Segundo os especialistas, esse fato é bastante grave porque pode comprometer a qualidade da água potável do Brasil como um todo, pois na área do Distrito Federal encontram-se as nascentes das grandes bacias hidrográficas brasileiras.¹²²

Quanto às mudanças climáticas, torna-se muito complexo e prematuro afirmar se houve ou não alterações no clima do Distrito Federal e, em especial, nas variáveis de umidade do ar ocorridas sob a influência da ação humana. O que há realmente é muita especulação em torno do assunto, especialmente em

¹²⁰ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. p.79.

¹²¹ UNESCO, op. Cit. p.25 e 27.

¹²² ÁGUAS Ameaçadas. *Correio Braziliense* (encarte). 20 de out. 2008.

reportagens de jornalistas que não têm formação científica sobre o assunto e, por muitas vezes, cometem alguns exageros.

Segundo informações fornecidas pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), realmente houve uma variável de cerca de 0,89% na umidade do ar em algumas épocas do ano. Mas, segundo pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB), não há como afirmar se houve influência da ação antrópica sobre esse fenômeno ou se, até mesmo, isso é uma realidade. Nesse caso, algumas variáveis devem ser levadas em consideração. As medições dos elementos do clima realizadas pelo INMET são realizadas dentro de estação meteorológica numa determinada área, servindo de parâmetro, mas não significando que os números ali colhidos representam a realidade de todo o Distrito Federal. Por outro lado, há que se considerar que o clima de determinado lugar não é isolado, podendo sofrer influências de outros fenômenos tanto nacionais como mundiais.¹²³

Assim, podemos levar em consideração que o aumento da temperatura é um fenômeno que vem ocorrendo no mundo inteiro – o chamado aquecimento global. Desde 1860 o aumento das temperaturas na superfície da Terra tem sido de 0,3 a 0,6° C e, segundo o Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC, sigla do inglês *Intergovernment Panel on Climate Change*), ligado à ONU, poderá variar de 1 a 3,5° C até o ano de 2100 se a emissão de gases na atmosfera não estiver controlada. As consequências poderão ser desastrosas, como, por exemplo, o avanço dos oceanos sobre os continentes com o derretimento das calotas polares. Por isso, várias reuniões e conferências têm sido realizadas para que os países poluidores se conscientizem da necessidade da redução da emissão desses gases.¹²⁴

¹²³ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. p.11.

¹²⁴ ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. *Geografia Geral e do Brasil: Volume Único*. São Paulo: Ática, 2008. p. 99.

3.5 Ocupações Irregulares do Solo e Impacto Ambiental

Normalmente a ocupação humana em determinadas áreas e, principalmente, o processo de urbanização provocam modificações substanciais no quadro natural dessas regiões.

Com relação à ocupação de terras por loteamentos populares no Distrito Federal, vale ressaltar que esse processo é feito sem a devida implantação da infraestrutura necessária, o crescimento populacional e urbano é desordenado e sem planejamento por parte das autoridades e não são observadas as características naturais do meio. Dessa forma, a maior consequência dessa ocupação humana é a degradação do meio ambiente. Essa deterioração pode ser observada por meio do lançamento de detritos sólidos e de esgotos nos rios e lagos e da perda da cobertura vegetal, o que expõe o solo e representa muitos prejuízos à fauna e à flora do cerrado.

Quando há o parcelamento do solo pela ocupação humana, a implicação direta é o sacrifício dos recursos naturais. Imediatamente ocorre grande desmatamento e, com isso, a expulsão da fauna nativa. Os constantes desmatamentos causam erosão e podem implicar a não renovação dos depósitos de águas subterrâneas.

Os loteamentos irregulares podem, também, significar o aumento da pressão sobre os recursos hídricos. Como de início não há uma infraestrutura básica nesses loteamentos, são construídos indiscriminadamente poços artesianos, que comprometem os cursos d'água e as nascentes.

Segundo estudos científicos, conclui-se que as principais consequências da expansão urbana podem ser sintetizadas por alterações no ambiente terrestre, necessário à implantação da área urbana, utilização de recursos naturais de forma indiscriminada para as atividades humanas, lançamento de resíduos no meio ambiente e alterações nos parâmetros climáticos locais.¹²⁵

¹²⁵ STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004. p.81.

Cabe aos especialistas, ao Poder Público e à própria sociedade organizada adequar esse processo ao ambiente físico existente de forma que os efeitos negativos sejam os menores possíveis. É urgente que se faça planejamento urbano eficiente e que leve em consideração os aspectos ambientais de forma contundente, o que poderá minimizar sensivelmente essas drásticas consequências.

Em 2009, com o objetivo de amenizar os problemas urbanos e ambientais, o governo do Distrito Federal aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT – DF). Essa Lei prevê a organização, a forma de ocupação dos espaços urbanos e as áreas protegidas ecologicamente. O mesmo diploma legal, nos artigos 14 e 15, disciplina as principais diretrizes com relação ao meio ambiente no Distrito Federal.¹²⁶

No entanto, O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT/DF) vem sofrendo constantes e pontuais modificações desde o surgimento. Essas modificações vêm acontecendo devido ao conflito de interesses de diversos grupos da sociedade local. Atualmente, menos de dois anos depois da última modificação do PDOT/DF, já vem sendo discutidas e debatidas modificações bastante consistentes e polêmicas sobre a organização e ocupação de terras no Distrito Federal. Assim, a ocupação de terras de forma irregular no Distrito Federal e as consequências nefastas para o meio ambiente constituem uma realidade que não pode ser ignorada.

¹²⁶ BRASÍLIA. Lei Complementar Nº 00803, de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em <[HTTP: //www.distritofederal.df.gov.br](http://www.distritofederal.df.gov.br)> Acesso em: 13 de Novembro de 2011.

CONCLUSÃO

O estudo dos fatos históricos que deram ensejo ao surgimento de Brasília e do Distrito Federal é de suma importância para a compreensão de como uma área que até pouco tempo atrás apresentava pouca intervenção humana se tornou um grande polo de atração populacional. Assim, podemos afirmar que o meio urbano e a população do Distrito Federal cresceram de forma rápida e intensa, surgindo as várias Regiões Administrativas.

O bioma Cerrado é de grande importância para a preservação da biodiversidade no Brasil devido à variedade de espécies. No entanto, a inauguração de Brasília e a ocupação de terras em todo o Distrito Federal foram fatores que contribuíram para a destruição de boa parte dos recursos naturais, o que elevou a preocupação dos ambientalistas e de parte da sociedade organizada. Dessa forma, foram instituídas várias Unidades de Conservação com o intuito de preservação das espécies do Cerrado, nos termos da Lei nº 9.985/2000.

No entanto, com o crescimento urbano e demográfico e a procura cada vez maior pela ocupação de novas áreas, o meio ambiente natural não permaneceu inalterado. Várias mudanças no quadro natural foram constatadas. A análise temporal nos permite afirmar que ao longo de várias décadas muitas áreas verdes desapareceram, cedendo lugar às construções urbanas. Quanto às mudanças climáticas, não se pode afirmar que realmente houve alguma alteração de fato ou se a ocupação dessas áreas pelo homem influenciou essas mudanças.

Por outro lado, deve-se considerar que a ocupação irregular de terras no Distrito Federal acelerou de forma contundente a degradação do meio ambiente, uma vez que as invasões ocorrem sem estudos prévios de impacto ambiental, sem planejamento e sem obras de infraestrutura.

Atualmente alguns poucos condomínios foram legalizados, outros se encontram em vias de regularização e a maioria continua na clandestinidade.

A criação da APA do Planalto Central representou importante medida para tentar diminuir o processo de ocupação irregular de terras e a grilagem.

Essa APA tem administração do Governo Federal por meio do IBAMA. Assim, os licenciamentos ambientais passaram a depender de autorização do IBAMA, o que dificultou a criação de novos loteamentos. No entanto, para que essas medidas realmente funcionem é preciso haver eficiente trabalho conjunto e coordenado entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal, além de fiscalização constante.

Por fim, outras medidas podem ser intentadas, como ações pedagógicas de conscientização da população e até mesmo outras ações mais drásticas, como a retomada desses terrenos pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. *Geografia: Geografia Geral e do Brasil: Volume Único*. São Paulo: Ática, 2008.
- ALVES, Wagner Antonio. *Princípios da Prevenção e da Prevenção no Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.
- ÁGUAS Ameaçadas. *Correio Braziliense* (encarte). 20 out. 2008.
- ARIMATÉA, José Rodrigues. *O Direito de Propriedade: Limitações e Restrições Públicas*. São Paulo: Lemos e Cruz. 2003.
- BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal – do Indígena ao Colonizador*. Brasília: Verano, 2000.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 11 janeiro 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <[HTTP: //www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 24 abril 2011.
- BRASIL. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em <[HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 06 dez. 2011.
- BRASÍLIA, a Capital do Século 21. *Correio Braziliense* (encarte). 21 abr. 2011.
- BRASÍLIA. Lei Complementar Nº 00803, de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em <[HTTP: //www.distritofederal.df.gov.br](http://www.distritofederal.df.gov.br)> Acesso em: 13 nov. 2011.
- BRAZLÂNDIA. Brasília. 2011. Disponível em <[HTTP://www.brazlandia.df.gov.br](http://www.brazlandia.df.gov.br)> Acesso em 25 ago. 2011.
- CAMPOS JÚNIOR, Raimundo Alves de. *O Conflito Entre o Direito de Propriedade e o Meio Ambiente*. Curitiba: Juruá, 2004.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Proteção do Ambiente e Direito de Propriedade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.
- CARDIOLI, Maria. *O Parcelamento do Solo no Distrito Federal: O Papel do Ministério Público*. 2004. 205 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília: 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. *Direito Ambiental, uma abordagem Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em <HTTP://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/09.> Acesso em: 25 ago. 2011.

CHEMERIS, Ivan. *A Função Social da Propriedade: O Papel do Judiciário diante das Invasões de Terras*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2002.

CIDADE, L. C. F. *Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais*. In: PAVIANI, A. e GOUVÊA, L. A. de C. (org.) *Brasília: Controvérsias ambientais*. Brasília: EdUnB, 2003.

CODEPLAN. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.codeplan.df.gov.br.> Acesso em: 08 out. 2011.

FERNANDES, Edésio. *Preservação Ambiental X Moradia: Um Falso Conflito*. Disponível em <HTTP://www.cidades.gov.br.> Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Princípios, bases e desafios de uma política nacional de apoio à regulamentação fundiária sustentável. In ALFONSIN, Betânia de Moraes.

_____. *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

FIGUEIREDO, Guilherme José purvin de. *A Propriedade no Direito Ambiental: A Dimensão Ambiental da Função Social da Propriedade*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2004.

FREITAS, José Carlos de. *Loteamentos Clandestinos e suas modalidades Fraudulentas: Atuação Preventiva dos Agentes Públicos*. In *Revista de Direito Imobiliário*, nº 48. 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Atlas Ambiental do Distrito Federal*. Brasília: 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Jardim Botânico. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.jardimbotanico.df.gov.br.> Acesso em: 25 nov. 2011.

_____. Recanto das Emas. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.recanto.df.gov.br.> Acesso em: 25 ago. 2011.

_____. São Sebastião. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP://www.saosebastiao.df.gov.br.> Acesso em: 25 ago. 2011.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. Disponível em <HTTP://www.ibram.df.gov.br.> Acesso em 25 de agosto de 2011.

ICMBIO. Brasília. 2012. Disponível em <HTTP://www.icmbio.gov.br.> Acesso em: 14 mar. 2012.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LEUZINGER, Márcia Dieguez e Sandra Cureau. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Natureza e Cultura: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Populações Tradicionais Residentes*. Curitiba: Letra da Lei, 2009.

LOPES, Sônia. *Biologia: Volume Único*. São Paulo: Saraiva, 2005.

MENDONÇA, Luiz Ribeiro de. *Brasília: Fatos Importantes*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2010.

_____. *Brasília: 50 anos – A História em Painéis*. Brasília: Arquivo Público de Brasília, 2010.

MILARÉ, Édís. *A Ação Civil Pública Após 25 Anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado, Parte Especial*. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1971. P. 21.

MOREIRA, João Carlos e Eustáquio de Sene. *Geografia: Volume Único*. São Paulo: Scipione, 2005.

MOUSINHO, Ronaldo Alves. *Taguatinga: História e Cultura*. Brasília: ATL Editora, 2005.

NOVACAP. Brasília. 2012. Disponível em <<http://www.terracap.df.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2012.

O PROCESSO de Regularização dos Condomínios. *Correio Braziliense*. Disponível em <[HTTP://www.correioweb.com.br/especiais/condominios/regularizacao.htm](http://www.correioweb.com.br/especiais/condominios/regularizacao.htm)> Acesso em: 08 out. 2011.

PINTO, Victor Carvalho. *Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 06 nov. 2011.

QUEIROGA, Alessandra Elias de. *Parcelamentos Ilegais do solo e a Desapropriação Como Sanção – O Caso dos Condomínios Irregulares no Distrito Federal*. Porto Alegre: Fabris, 2002.

RAFFAELLI, Paulo Cesar Pimentel. *O IPTU e a inexistência de equipamentos públicos comunitários em loteamentos*. In *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, nº 82.

SANTOS, Eustáquio, Menezes y Moraes e Terezinha Pantoja. *Audácia, Perseverança e Fé: A Epopéia do Núcleo Bandeirante*. Brasília: Editoração Getúlio Oliveira: 1994.

NETTO, Pedro Braga. *APA de Cafuringa: A Última Fronteira*. Brasília: Semarh, 2005.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Brasília. 2011. Disponível em <HTTP//: www.semarnh.df.gov.br.> Acesso em: 25 ago. 2011.

SILVA, Ernesto. História de Brasília: Um Sonho, Uma Esperança, Uma Realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

SILVA, Hélio de Andrade. *Os Problemas Fundiários do Distrito Federal*. Mundo Jurídico, São Paulo, 2006. Disponível em: <HTTP://www.mundojuridico.adv.br/doutrina.> Acesso em: 08 nov. 2011.

STEINKE, Ercília Torres. *Considerações sobre variabilidade e mudança climática no Distrito Federal, suas repercussões nos recursos hídricos e informação ao grande público*. 2004. 201 f. Tese (doutorado), publicação ECO.TD, Departamento de Ecologia. Universidade de Brasília: 2004.

TJDFT - Agravo de Instrumento 20030020027391AGI DF. Data de julgamento: 26/06/2003. Publicação no DJU: 20/08/2003. Acesso em 08 nov. 2011.

UNESCO. *Vegetação no Distrito Federal – Tempo e Espaço*. Brasília, 2000.

VALLADARES, L. P. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VASCONCELOS, Adirson. A mudança da capital. Brasília: Gráfica e Editora Independência LTDA, 1978.

VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1996.